



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO UNIVERSITÁRIO NORTE DO ESPÍRITO SANTO
Departamento de Educação e Ciências Humanas
Curso de Licenciatura e Educação do Campo

CLÁUDIA ALVES DOS SANTOS

**AS INFLUÊNCIAS DAS RELAÇÕES DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR NO
ASSENTAMENTO NOVA VITÓRIA, PINHEIROS- ES**

SÃO MATEUS

2019

CLÁUDIA ALVES DOS SANTOS

**AS INFLUÊNCIAS DAS RELAÇÕES DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR NO
ASSENTAMENTO NOVA VITÓRIA, PINHEIROS- ES**

Trabalho de conclusão do curso apresentado ao Departamento de Educação e Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo, para a obtenção de grau na licenciatura de Educação do campo com habilitação em Ciências Humanas e Sociais

Prof. orientador: Dr. Damián Sánchez Sánchez.

SÃO MATEUS

2019

CLÁUDIA ALVES DOS SANTOS

**AS INFLUÊNCIAS DAS RELAÇÕES DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR NO
ASSENTAMENTO NOVA VITÓRIA, PINHEIROS- ES.**

Trabalho de conclusão do curso apresentado ao curso de Licenciatura em Educação do Campo, como requisito parcial para obtenção de título de licenciada em ciências humanas e sociais.

Aprovada em _12_____ de ____08__ de 2019.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr.: Damián Sánchez Sánchez (Orientador)
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof. Dr. Sandro Nandolpho de Oliveira
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof.^a Dr.^a Zaira Bomfante dos Santos
Universidade Federal do Espírito Santo

AGRADECIMENTOS

Como uma pessoa de fé a qual eu me considero, não poderia começar meus agradecimentos se não por DEUS, pela força que ele me concedeu todas as vezes nas quais pensei desistir, e pelas pessoas que foram postas em caminho para servirem de inspiração e incentivo.

Agradeço imensamente ao professor Sandro Nandolpho que inicialmente esteve como meu orientador, pelas primeiras indicações de leitura e os direcionamentos que muito contribuíram para os primeiros passos na realização desse trabalho.

Quero também expressar minha completa gratidão à minha vizinha e amiga Ivone Silva Talher, que sem sua contribuição, nos cuidados com minha filha Lauana, não poderia nem mesmo ter frequentado todas as aulas na universidade, pelas dificuldades enfrentadas devido minha gestação que ocorreu no quarto período do curso. Pelo amor e cuidados, empenhados a minha filha, maior benção concedida por DEUS, meus eternos agradecimentos.

Por fim, porém talvez o mais empenhado para a concretização desse trabalho, ao meu professor e orientador Damian Sanchez, pelo seu esforço e persistência em contribuir, apesar dos diversos momentos de desestímulo e de quase desistência. É incalculável o tamanho da gratidão que tenho por sua dedicação e seu empenho, que foram cruciais para que mais essa etapa fosse vencida, muito obrigada.

RESUMO

Este trabalho trata-se de uma pesquisa bibliográfica, a educação pode transformar ou manter padrões de comportamento, fortalecendo e/ou legitimando as desigualdades não somente entre homens e mulheres, mas também entre outros grupos ou cidadãos (ã) individualmente pois não se enquadram que teve inicialmente o intuito de estar realizando de maneira sintetizada e em conversa com diversas(os) autoras(es), tais como Corrêa(2001), Zirbel(2007), Lopes(2004), entre outras(os) consideradas referência quando falamos da temática das relações de gênero, que se constitui um conjunto de temas por demais complexos, os quais são pontuados nesta pesquisa, assim como diversos outros conceitos importantes na busca pela compreensão do vem a ser gênero. Além de ser uma tentativa de pontuar como nos padrões impostos, como bissexuais, transexuais entre outros. Há também fatores que vão além da identidade sexual a qual cada ser pode se reconhecer, como a exemplo de homens e mulheres transgêneros. Realizou-se ainda uma tentativa de trazer o debate para mais próxima à realidade vivenciada no Assentamento Nova Vitória, com a intenção de buscar compreender questões da desigualdade entre meninos e meninas e de como essas desigualdades refletem no processo educativo, trazendo reflexões sobre o discurso que caracteriza a desigualdade de gênero como parte da cultura para, se possível, contribuir para a construção de mudanças nas relações de gênero, a partir da promoção de reflexões. A pesquisa sobre o tema “As influências das Relações de Gênero na Educação Escolar no Assentamento Nova Vitória” tem a pretensão de proporcionar uma leitura que seja acessível aos educandos, trazer reflexões para ajudar a atual e as próximas gerações a construírem relações mais saudáveis e igualitárias com o sexo oposto – e aliás, quando se usa o termo “oposto”, parece que homens e mulheres estão sempre em guerra ou mesmo nem pertencem à mesma espécie, os seres humanos. Por este e outros motivos, se fazem necessários movimentos que estimulem a construção de novas relações de gênero, mostrar como o processo educacional é fundamental na formação de cada ser humano; este que começa na família, porém o ambiente escolar e as vivências proporcionam a formação de cidadãos não somente para o mercado de trabalho, mas principalmente para a vida. **Palavras chaves:** Estudos de gênero, Feminismo, Machismo, Educação

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
1 CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA DO CONCEITO DE GÊNERO.....	8
1.1 OS ESTUDOS SOBRE GÊNERO.....	12
1.2 VIOLÊNCIA DOMÉSTICA.....	19
1.3 MERCADO DE TRABALHO.....	25
1.4 TRAJETÓRIA DO MOVIMENTO FEMINISTA.....	27
2 GÊNERO E EDUCAÇÃO ESCOLAR	31
2.1 EDUCAÇÃO ESCOLAR E QUESTÕES NO ASSENTAMENTO NOVA VITÓRIA	44
REFERÊNCIAS.....	57

INTRODUÇÃO

O trabalho que aqui segue descrito, reflete o histórico das lutas traçadas pelas mulheres, porém não somente por elas, afinal os temas abordados permeiam diversas questões que afligem e causam desequilíbrio no desenvolvimento humano. Reuniu-se alguns pontos, ligados ao nascimento dos movimentos feministas, conflitos vivenciados, a nova aplicação para o termo gênero e as concepções de machismo, feminismo, além de outros importantes temas, que se interligam dentro dos diversos debates e pesquisas que foram realizadas por diversas(o) autoras(e) em períodos diferentes, como Simone de BEAUVOIR (1967), Guacira LOURO (2008) entre outras(o). Fazendo um resgate histórico e a partir dos fatores sociais, culturais, religiosos, políticos e econômicos em conexão com o novo conceito GÊNERO e as relações que permeiam esta temática, encontram-se também textos tratando a temática gênero e de como as práticas educacionais podem atuar, tanto no sentido de manterem a hierarquização e a cultura do machismo quanto podem se tornarem fios condutores para valores como igualdade e respeito, que contribuirão para uma sociedade menos machista e menos repleta de preconceitos de sexo, cor ou religião.

Motivada por uma vontade de ver as mudanças no cenário das relações humanas, que por sua vez dependem significativamente de novas relações de gênero, das quais dependem também a equidade de direitos e crente de que será principalmente através de uma educação significativa e transformadora, a possibilidade real dessas mudanças serem efetivas, ao realizar esta pesquisa e me debruçar sobre as diversas leituras minhas expectativas foram superadas, no sentido de que as transformações ocorridas no que tange as relações de gênero influenciaram diretamente no papel ocupado por min e por todas as mulheres contemporâneas.

Visando contribuir mesmo que minimamente para essas e outras mudanças, me debrucei sobre esta temática procurando refletir sobre os conceitos de gênero, feminismo, machismo, fazendo-se entender como a sociedade naturalizou as desigualdades, causadas pelas relações de poder, e de qual maneira a educação pode contribuir na quebra da perpetuação das desigualdades de direitos entre homens

e mulheres, mas também dos negros, homossexuais ou quaisquer outro grupo que não tenha seus direitos legitimados e que as reflexões neste trabalho sirvam de alguma maneira para diminuir os alarmantes números das violências contra os grupos anteriormente mencionados.

Contextualizando a pesquisa realizada, alguns dados foram levantados no Assentamento Nova Vitória, comunidade rural, localizada no município de Pinheiros, estado do Espírito Santo, sendo o assentamento uma conquista das trinta e duas (32) famílias que inicialmente ocuparam a propriedade, juntamente com o MST, a CEB's e Sindicato dos Trabalhadores Rurais, no ano de 1986. Na atualidade o número de famílias é superior a setenta (70), tendo por sua base de sobrevivência a agricultura familiar, e em sua maioria as famílias permanecem vivendo de acordo com os padrões e formatos familiares considerados comuns para a nossa sociedade patriarcal burguesa.

1 CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA DO CONCEITO DE GÊNERO

Diante da tamanha complexidade que é tratar das relações de gênero é necessário um mergulho no passado, e em culturas diferentes para que possamos compreender questões fundamentais no que tange ao machismo e à subserviência feminina. Na história, diversos fatores foram cruciais para a disseminação da cultura machista, tais como: princípios religiosos e sociais, que apregoavam conceitos patriarcais, principalmente até final do sec. XVIII e início do sec. XIX, eram determinantes para tal contexto histórico, onde regimentos da Igreja, com a predominância da igreja Católica, eram que definiam padrões de família e de comportamentos. Nos trechos a seguir Zirbel com grifos de outros autores(a) discorre sobre o moralismo e a forte influência da igreja Católica na preservação valores patriarcais, como se pode observar abaixo:

A Declaração de Medellín reafirmara o papel da família na preservação da moralidade, posicionando-se contra o divórcio e as uniões consideradas ilegais e ocasionais, as “desordens sexuais”, o erotismo, etc. Muitas das questões caras ao feminismo eram rechaçadas (como educação sexual, direitos reprodutivos, aborto, domínio masculino no casamento, etc.) (CARDOSO, 2004, p.54, apud ZIRBEL,2007).

Tendo a religiosidade como algo primordial para quase totalidade das famílias do já mencionado período, a influência da igreja na rotina e decisões familiares era comum, em especial quando necessário para se resolver questões voltadas a manutenção da hierarquia patriarcal e submissão das mulheres, o trecho na sequência traz a concepção das autoras em relação a esta problemática:

As análises das organizações femininas de base esclarecem sobre as possibilidades e limites da forte influência da Igreja católica na vida cotidiana das mulheres, que são a maior parte da clientela das comunidades religiosas do país. [...] Os interesses da igreja, enquanto instituição, se sobrepõem aos das mulheres, dificultando as discussões que contrariem sua concepção das relações entre os sexos. [...] A hegemonia da igreja nas organizações populares circunscreve o conteúdo e a direção política da “conscientização” das mulheres das camadas populares (SARTI 1988, p. 40, apud ZIRBEL, 2007, p 41).

Não é incomum ouvirmos o termo “culturalmente” quando se trata das relações vivenciadas entre homens e mulheres. Os papéis imutáveis impostos aos diferentes gêneros, por nossa sociedade extremamente machista, diante de nossa visão sexista,

contribuem significativamente também para que as famílias sigam tradicional hierarquia patriarcal, de maneira a naturalizar os padrões impostos. Na igreja, os cargos de maior reponsabilidade são reservados aos homens ou mesmo na sociedade como um todo, os melhores salários e colocações no mercado de trabalho são do sexo masculino. Ainda na atualidade, com todo o empoderamento feminino, nos deparamos com muitas situações em que o machismo se torna um empecilho para as mulheres, impedindo-as de alcançarem o nível de formação almejado e tornando-as sempre escravas de sistema que as reduz ao “sexo frágil” e pouco produtivo (LOURO, 1997, p 24).

Fatores como a cor da pele, eram determinantes para definir o papel de cada mulher dentro dos padrões impostos pela sociedade da época. Em “*O Segundo Sexo, A experiência Vivida*”, Simone de Beauvoir(1967) - escritora e feminista, compara a situação vivida pelas mulheres de seu tempo, ou seja a partir do ano de 1908, com a dos Judeus e dos negros, devido ao imenso preconceito que esses grupos também sofrem sendo excluídos e perseguidos principalmente nos Estados Unidos. A autora descreveu fatores como a escravidão e as questões religiosas, para buscar no contexto histórico dos povos negros e hebreus as razões que levaram o restante da população a lhes condenarem ao fardo da inferioridade (BEAVOUIR, 1967). Enfim, em quase todas as culturas e períodos a mulher sempre foi tratada como “o outro ser”, menos importante, menos necessária, (BEAVOUIR, 1967), assim também em outras (os) autores(as) é possível fazer-se a observação de uma auto visão masculina em relação à sua suposta superioridade, como mencionada no relato seguinte:

[...] desde o surgimento do patriarcado, o homem sempre se definiu como ser humano privilegiado, dotado de alguma coisa a mais, ignorada pelas mulheres. Ele se julga mais forte, mais inteligente, mais corajoso, mais responsável, mais criativo ou mais racional (BADINTER, 1993, p. 6, apud PASSOS, ROCHA, BARRETO 2011, p.50).

Entre outros fatores, o surgimento do movimento feminista teve grande relevância para que fossem conquistados alguns direitos, como o voto feminino, conquista obtida

por volta de 1930, com a articulação do Partido Republicano Feminino, movimento este que foi chamado de Sufragismo ou primeira onda do feminismo, assim posteriormente conhecido e mencionado na obra de Guacira Louro (LOURO, 1997). A partir da década de 60, o movimento feminista e estudiosas produziram uma grande variedade de livros e artigos sobre as temáticas relacionadas à gênero, no Brasil o tema passou a ser debatido com mais ênfase nos anos 80, inclusive sobre a conceituação e a aplicação do termo *Gênero* conforme afirma Zirbel (2007, p17). O fato das mulheres se tornarem então mais do que meras expectadoras, e/ou personagens de estudos e pesquisas e passarem a atuar como estudiosas e pesquisadoras, pode ter contribuído para a intensificação do produção de conhecimento acadêmico além de aproximar as mulheres do objetivo pela igualdade de direitos, como pode ser facilmente observado abaixo:

Após arrombarem as portas do saber acadêmico e universitário ao longo dos séculos XVIII e XIX, foi no alvorecer do século XX, especialmente entre os anos 30 e 70, que surgiram grupos de acadêmicas que problematizaram a produção do conhecimento a partir de um viés crítico, gerando os estudos feministas (*feminist studies*) ou os estudos de mulheres (*women studies*). Após consolidarem arenas consistentes de debate científico, tendo realizado toda sorte de inflexões em vários campos disciplinares, partindo das críticas aos vieses androcêntricos encontrados nesses campos, os questionando fortemente, assim como também, algumas delas, voltando-se para a crítica consistente ao “fetichismo da objetividade”, as mulheres feministas no campo acadêmico visaram ampliar, nas ciências humanas e sociais, o escopo das reflexões para adotar uma nova proposta teórico-conceitual: os estudos de gênero (MATOS, 2008, p. 335).

Após o ingresso maciço de mulheres nas universidades, em principalmente após a década de 70, como afirma Zirbel (2007, p.98), “A produção intelectual em torno do tema da Mulher se refletiu nas publicações de cunho acadêmico, na imprensa e no mercado editorial. Nas universidades, debates e cursos foram organizados por estudantes e professoras”. Provocando a curiosidade em relação aos temas em debate até mesmo pelas mídias do período.

As relações de Gênero partem da construção de novas relações sociais, e esta construção vem se dando principalmente através de ações do movimento feminista, que trata além de questões mais práticas como a luta por direitos civis, mas também

de toda uma construção teórica que possibilita as devidas mudanças nas formas de vivências, considerando também a importância do contexto ao qual fazemos parte e nos molda para além do biológico, para uma construção social.

Desde a mais tenra infância meninos e meninas são bombardeados com concepções machistas, mesmo antes do nascimento, com a compra do enxoval após se confirmar o sexo do bebê (masculino ou feminino), opta-se quase sempre pelo rosa para as meninas e azul para os menino. Também costumamos realizar estímulos através de brincadeiras e brinquedos que oferecemos de forma a demarcar os territórios, como confirmado pelas autoras:

Idealizados como diferentes, homens e mulheres são modelados para ser, de fato, diferentes e isso ocorre desde a escolha do nome e do enxoval para os bebês – azul para os meninos, rosa para as meninas –, reforçando nas crianças os comportamentos, atitudes e modos de ser e entender o mundo que mais se identificam com o que é culturalmente tido como mais apropriado ao seu sexo. Assim, espera-se que as meninas sejam dóceis, vaidosas, que estejam sempre “limpinhas e bem vestidinhas”, que não sejam violentas, não façam uso de palavras de baixo calão, enquanto o comportamento inverso é o esperado dos meninos (SARDENBERG, MACEDO, 2011, p.40).

É consenso entre quase totalidade de autoras(e) dos textos que tratam sobre as relações de gênero e são mencionados neste trabalho, dos papéis atribuídos a homens e mulheres, assim como as suas respectivas identidades, são culturalmente construídas. Cada característica tratada como traço feminino foi sendo definida durante toda a existência humana: A docilidade e fragilidade, por exemplo, típicas características femininas ou, ainda, a virilidade e força, traços da personalidade masculina. Os padrões impostos para ambos os sexos se tornam para a maioria dos seres um fardo por demais pesado. Somos condenados a vivermos subordinados a padrões e posturas nos quais muitas vezes não nos encaixamos. No entanto, apesar dos avanços no sentido de romper com valores de machismo, ainda nos deparamos com diversas situações, que nos permitem comprovar claramente a existência de inúmeras disparidades, referentes ao mercado de trabalho e suas condições salariais, posições de chefia, representação na política entre tantos outros direitos a serem conquistados.

1.1 OS ESTUDOS SOBRE GÊNERO

As relações de gênero contemplam pontos além dos biológicos, como os sociais, levando em consideração as vivências de cada ser, se moldando a partir da educação e dos valores, passados normalmente pelos os grupos sociais aos quais pertencem, como família, escola e religião. Grupos estes que são guiados por regras de convivência introduzidas ainda no Brasil colônia, onde mulheres eram educadas para serem boas mães e do lar, negros eram escravos e índios eram preguiçosos, mantivemos a visão sexista de nossos invasores. Louro (1997) argumenta no trecho a seguir como a distinção biológica é usada pra justificar a desigualdade social:

Numa outra posição, estarão aqueles/as que justificam as desigualdades sociais entre homens e mulheres, remetendo-as, geralmente, às características biológicas. O argumento de que homens e mulheres são biologicamente distintos e que a relação entre ambos decorre dessa distinção, que é complementar e na qual cada um deve desempenhar um papel determinado secularmente, acaba por ter o caráter de argumento final, irrecorrível. Seja no âmbito do senso comum, seja revestido por uma linguagem "científica", a distinção biológica, ou melhor, a distinção sexual, serve para compreender — e justificar — a desigualdade social. [...]Para que se compreenda o lugar e as relações de homens e mulheres numa sociedade importa observar não exatamente seus sexos, mas sim tudo o que socialmente se construiu sobre os sexos. O debate vai se constituir, então, através de uma nova linguagem, na qual *gênero* será um conceito fundamental (LOURO, 1997, p 20).

Diversas(os) autoras(e) como Louro (1997), Sardenberg (2011), entre outras(o), se debruçaram sobre as questões de gênero tratando dos conceitos e sobre a importância de construir novas bases para a relação entre homens e mulheres, e mesmo das mulheres para com elas mesmas. Em Zirbel (2007), a autora conceitua gênero a partir de origens sociais de identidade, a qual as define como não fixas, portanto, passíveis de mudança.

No Brasil, em meados da década de 70 se massificaram as lutas em prol dos direitos femininos, com o apoio de instituições como Igreja Católica e o Partido Comunista. Tais entidades, com o apoio de alguns grupos da sociedade que iam em desencontro com os propósitos da Ditadura Militar, se uniram em diversos momentos de reuniões

para se traçar metas. Uma parcela da Igreja Católica, menos conservadora teve um papel muito importante na construção de bases para o movimento feminista, enquanto os partidos de esquerda após um início de relações bem conflituosas entram em alguns consensos quanto às pautas femininas. Em outros países desde o século XIX são discutidas e realizadas ações para a conquista de direitos da mulher. No texto de Corrêa(2001), relata a união dessas entidades em defesa de direitos não somente para as mulheres, no entanto havia entre eles(as) pontos em comum, como a autora destaca:

[...] embora houvesse um permanente ponto de fricção nessa aliança com a Igreja, que era a defesa do aborto feita pelas feministas. Também havia fricções com os militantes comunistas, mas por outras razões: no caso deles tratava-se de dar prioridade à “luta mais ampla” em detrimento das reivindicações feministas e o ataque à participação de lésbicas no movimento foi uma das táticas utilizadas para tentar impedir a realização de um congresso feminista.

Não devemos nos voltar apenas às questões biológicas para discutir gênero. O termo tem abrangência muito mais ampla e complexa, que puderam ser observados nas diversas leituras feitas em Costa, Silvera e Madeira, entre outros. Os estudos realizados até meados do século XX, basicamente tratando das relações entre o masculino e o feminino, principalmente quando pensamos nos tempos atuais, e de como foram descobertos diversas identidades de gênero, o dualismo dos sexos definitivamente não se aplica, apenas após os estudos se voltarem à concepção do conceito de gênero, como afirmam as autoras:

Scott (1990) considera que somente no final do século XX a categoria gênero emerge como uma preocupação teórica, ao encontrar-se ausente em grande parte das teorias sociais, desde o século XVII até o início do século XX. Nesse espaço de tempo se discutiam questões desde a oposição entre masculino/feminino, a partir do reconhecimento da existência de uma questão feminina, à definição de uma identidade sexual (SCOTT apud COSTA, SILVERA e MADEIRA, 2012, p 225).

As relações de poder que se desenvolvem principalmente através da religião, da política, da ciência e da educação, como mencionado por Scott (1990), e não somente como muitas vezes podemos imaginar que ocorrem unicamente na relação entre

masculino e feminino, onde ressalta ainda que elementos são articulados, porém não agem ao mesmo tempo e nem são apenas reflexos um do outro. Assim também afirmam as autoras na sequência:

Dizer o que é ser homem, o que é ser mulher, atribuir significados, papéis e funções diferenciadas a partir dessa identidade vai estabelecer relações de poder que por vezes colocará os sujeitos em polos opostos e desiguais (COSTA, SILVERA e MADEIRA, 2012, p. 226).

A construção de estereótipos para masculino e feminino é um dos pontos aos quais os autores que realizam suas pesquisas sobre gênero se debruçam e se contrapõem. Zirbel(2007) descreve que na militância do feminismo anos 70, as mulheres precisavam lutar contra a imagem “frágil, gentil, dócil, dedicada do lar e bela”. O homem sempre considerado como forte, tanto em força física como mental, provido de uma agilidade superior, não pode demonstrar sentimentos que transmitam sensibilidade e responsável pelo sustento do lar, já a mulher sempre suas habilidades são relacionadas a cuidar da casa, gerar e criar os filhos. Tendo os homens suas atitudes sempre voltadas para comprovar sua masculinidade, se reproduzem falas e comportamentos considerados tipicamente masculinos, assim também concorda Connell(1995) em grifos de Louro:

[...] está atento para essas questões, quando se ocupa das "políticas de masculinidade". Ele comenta que há uma "narrativa convencional" sobre a maneira como as masculinidades são construídas e que se supõe, por essa narrativa, que "toda a cultura tem uma definição da conduta e dos sentimentos apropriados para os homens". Meninos e rapazes — em sua maioria — aprenderiam tal conduta e sentimentos e, assim, se afastariam do comportamento das mulheres (ROBERT CONNELL 1995, p. 190 apud, LOURO, 1997, p. 48).

Louro (1997) afirma, baseada em suas leituras em outros autores como Connell (1995), que os estereótipos são moldurados a partir das chamadas políticas de masculinidade ou ainda de acordo com Johnson (apud LOURO, 1997, p 49), de como a exposição dos sujeitos homossexuais interferem na representação dos mesmos. Considerando o fato de vivermos sob hegemonia masculina, branca e heterossexual, além de não podermos deixar de mencionar as questões religiosas, a humanidade

está tomada por doenças que conhecemos como, machismo, racismo, homofobia entre outras, que estão surgindo quase que diariamente. Doenças essas capazes de transformarem as pessoas, em especial homens em agressores ou mesmo assassinos cruéis, por rotularem todas as pessoas que não se enquadram nos padrões estabelecidos são como anormais ou mesmo inferiores, assim como ocorre na relação entre homens e mulheres.

Os estereótipos impostos aprisionam não somente as mulheres, mas também os homens que em geral escutam por toda a vida que não podem chorar ou demonstrar qualquer tipo de emoção, estando eles também reféns de comportamentos duros, muitas vezes até pela necessidade de comprovar sua masculinidade, que desde sua mais tenra infância lhes são cobrados comportamentos e posturas machistas, como afirma neste trecho:

Ao menino, ao contrário, proíbe-se até o coquetismo; suas manobras sedutoras, suas comédias aborrecem. "Um homem não pede beijo [. . .] um homem não se olha no espelho [. . .] Um homem não chora", dizem-lhe. Querem que ele seja "um homenzinho"; é libertando-se dos adultos que ele conquista o sufrágio deles. Agrada se não demonstra que procura agradar (BEAUVOIR, 1967, p. 12).

A partir dos estudos desenvolvidos através de pesquisas de cunho científico de pesquisadoras como, Maria Margaret Lopes e Adriana Piscitelli (2004), ou por representantes do movimento feminista, passou-se a discutir e principalmente discordar das relações culturalmente estabelecidas, baseando-se em novas pesquisas realizadas com inserção de mulheres no mundo acadêmico em especial no meio científico. Com o foco anteriormente na dualidade dos sexos masculino e feminino, se torna então centro dos estudos as relações de poder, presentes por exemplo no machismo que impera em todos âmbitos da sociedade. Confrontando-se com as questões biológicas e para além delas a identidade de gênero, fez com que diversos pesquisadores principalmente mulheres, passassem a dedicar-se à estudos cada vez mais elaborados sobre as condições das mulheres diante de uma sociedade patriarcal, com valores sexistas.

Grande parte da base do movimento feminista era composto por estudiosas, dedicadas a pesquisas voltadas aos estudos de gênero, através de trabalhos escritos por diversas autoras tratando da situação da mulher, e pela reivindicação de direitos, conquistas como a comemoração do primeiro 08 de março, data em que se comemora o Dia Internacional da Mulher no ano de 1976 (ZIRBEL, 2007, p.64), e até os dias atuais se mantém como um importante marco das causas feministas.

Um dos fatores que favoreceram a perpetuação das desigualdades que foram se estabelecendo em razão das diferenças construídas entre homens e mulheres, foi a visão capitalista que se utilizou das condições de inferioridade feminina para adquirir mão- de- obra barata, assim como aponta Sadenberg (2011, p 75), descreve também sobre a junção das lutas contra o racismo e o sexismo, como é possível observar neste trecho:

Não ao acaso, no panorama da história contemporânea, as lutas contra o racismo e contra o sexismo têm se cruzado e se alimentado mutuamente. Foi assim no século dezenove, quando as primeiras feministas se empenharam nas campanhas abolicionistas e, novamente, nos anos 1960, quando o feminismo ressurgiu junto ao movimento negro, criando-se pontes entre um e outro movimento. Mais recentemente, as trajetórias das lutas contra as desigualdades de gênero e de raça têm se cruzado nas ações no campo dos direitos humanos, demandando estratégias que possam trabalhar no sentido da conquista da igualdade de direitos para os negros e para as mulheres (CRENSHAW, 2002, p. 173, apud SADENBERG, 2011, p. 75).

Dentre os estereótipos que estão impregnados, o racismo determina que os brancos são superiores aos negros, assim como no sexismo se afirma a superioridade de um sexo sobre o outro, no caso, masculino sobre o feminino, por fim o dois tipos se baseiam nas características físicas e biológicas como principal argumento justificar as desigualdades sociais. Quando nos referimos à um grupo específico, as mulheres negras, ainda convivem com o preconceito racial além do sexual, partindo de mais

uma construção social que determinou que os negros são inferiores, assim também aponta Sadenberg (2011, p. 83), na seguinte citação:

Os dados sobre a situação das mulheres negras em comparação com as brancas dão mostras de que não basta dizer que uma mulher vive em uma sociedade sexista para conhecermos melhor suas condições de vida. Para tanto, é preciso saber a que classe ela pertence, qual a sua cor, sua idade, sua orientação sexual, dentre outros determinantes sociais. Por outro lado, os determinantes de gênero recortam, de forma marcante, as vivências, dentro dos grupos de cor, assim como recortam as de classe, idade, geração, etc. Importa ressaltar, porém, que esses marcos de diferença geradores de opressão não operam independentes um do outro e sim, conjuntamente, isto é, de acordo com os outros marcos que se aplicam a determinados indivíduos.

A construção de identidade está inteiramente conectada com os espaços de vivência, os moldes nos quais vamos sendo esculpidos são reflexos também dos papéis sociais que nos são atribuídos, a exemplo da pesquisa realizada no Nova Vitória, é de simples constatação que grande parte das mulheres se sentem responsável pelas atividades domésticas e o cuidados com os filhos, ao ponto que uma razoável parcela das mulheres residentes no assentamento não cursaram o ensino médio, em especial as com acima de quarenta anos, nas mais jovens podemos notar que houve um aumento no nível de escolaridade.

Os estudos de gênero proporcionaram grandes avanços nas causas do movimento feminista, os debates se consolidaram no âmbito acadêmico e se espalharam por diversos espaços, contribuindo para mudanças de atitudes e de novos olhares para com os direitos da mulheres, os debates sobre as questões de gênero ganharam mais espaço no Brasil e em grande parte do demais países com encontros nacionais e internacionais.

Além das preocupações com os avanços práticos, haviam também aquelas que remetiam às questões teóricas, os estudos e pesquisas tratando dos conceitos que completam os conceitos de gênero, as desigualdades criadas a partir das diferenças sexuais provocando concepções de desigualdade de gênero. O fator biológico antes

tido como ator marcante das desigualdades criadas, ganha novo sentido assim como o novo sentido dado ao termo gênero, para relacionar os fatores sociais, como aponta Fagundes (2011) no trecho abaixo:

Vale salientar que o termo gênero, no âmbito da teoria feminista, foi introduzido por Kate Millet em um ensaio intitulado *Sexual politics*, datado de 1968. Entretanto, importa-nos demarcar que o exercício de conceituação elaborado por Joan Scott (1991) enfatiza o caráter constitutivo, histórico e relacional desse constructo. Para essa historiadora feminista, o núcleo essencial de sua definição se fundamenta na conexão integral entre duas proposições: ser constitutivo de relações sociais e ser, também, uma forma de significar relações de poder (FAGUNDES, 2011, p.102).

As relações sociais se forjam a partir dos conceitos que produzem sentido em nossa existência, ou seja, historicamente e culturalmente nos baseamos nos costumes e tradições do grupo ou povo com o qual fomos criados(as) e educados(as). As visões de mundo e concepções do que é certo ou errado se formam de acordo com que nos foi transmitido pelos nossos pais, ou por outras pessoas que tenham assumido a função por esta educação, e ainda podemos mencionar o ambiente escolar, como um dos principais influenciadores na formação de nossas convicções e opiniões sobre todos temas que atravessam nossa existência. As relações de gênero da mesma forma, por se tratarem de uma construção social, dependem da maneira com a qual aprendemos a ver o mundo e principalmente com a qual vemos as pessoas a nossa volta.

As mulheres sempre ocuparam posições incômodas, e para todas as outras que não se contentavam em ser apenas uma parcela pouco ativa na sociedade, sem voz e sem direitos, restou a elas o legado de se organizarem em prol de equidade e buscando reduzir as disparidades, de acordo com Silva (2011, p126).

1.2 VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

A violência doméstica, contra a mulher tem tomado um elevado nível de repercussão, muito provavelmente pelos diversos crimes cometidos com requintes de crueldade. Desde que a “Lei Maria Da Penha” fora sancionada em 1996, diversos agressores foram presos, e quando o crime decorre pelo fato da vítima ser mulher chegando a óbito, torna-se então um feminicídio, as autoras trazem no trecho a seguir dados importantes para a compreensão da situação da violência contra a mulher no Brasil:

No Brasil, calculava-se, ainda no início da década de 90, que a cada quatro minutos era registrada na polícia uma queixa de agressão física contra uma mulher. Estudiosos do tema, como Saffioti (1994b), comentam que esse número é alarmante, mas ainda não espelha a realidade, já que muitas mulheres vítimas de violência não prestam queixa na polícia por várias razões medo, dependência financeira ou emocional, existência de filhos pequenos, vergonha, esperança de que o marido mude de atitude etc. – o que leva à conclusão de que o número de mulheres agredidas é bem maior do que o apresentado. Outro dado é que muitas das que chegam a registrar queixa, pelos motivos apontados e até sob a ameaça do marido, voltam à delegacia de polícia para retirá-la (SARDENBERG, MACEDO, 2011, p. 44).

Os índices de violência contra mulheres e também contra homossexuais, transexuais e outros, são alarmantes, refletem o quanto nossa sociedade ignora a igualdade de direitos, independentemente da identidade de gênero com que cada um se identifique.

Os dados da violência no geral representam que apesar da existência da lei que deveria inibir os crimes, além das campanhas existentes, dos números para que se possam realizar as denúncias anônimas e delegacias especializadas no atendimento de mulheres que tem sofrido agressões e/ou ameaças, os números de telefone veem apresentado grande aumento e apesar desse aumento, ainda se pode afirmar que a quantidade de mulheres que sofrem violência e não denunciam representam uma parcela bastante razoável das agressões. As causas são das mais variadas aponta Saffioti (1994b), por exemplo, aponta o fim do relacionamento como um dos principais motivos das agressões e crimes cometidos contra mulheres, ou seja, o homem se considera dono da mulher a tal ponto que não permite a ela dar um fim ao

relacionamento. Os dados se seguem confirmam tais afirmações, ¹Cerca de 70% das mulheres sofrem algum tipo de agressão no decorrer da vida; De acordo com os dados do banco Mundial, mulheres entre 15 e 44 anos correm mais risco de sofrer estupro e violência doméstica do que câncer, acidente de carro e malária; Na Austrália, no Canadá, em Israel, na África do Sul e nos Estados Unidos, 40 a 70% das mulheres vítimas de homicídio foram mortas pelos parceiros, de acordo com a OMS; Calcula-se que em todo mundo, uma em cada cinco mulheres se tornará vítima de estupro ou tentativa de estupro no decorrer da vida; Estima-se que mais de 130 milhões de meninas e mulheres que estão vivas hoje foram submetidas à Excisão/mutilação Genital Feminina (E/MGF), sobre tudo na África e alguns países do Oriente Médio.

A situação de agressões contra a mulher podem nos levar a ponderar sobre o que leva realmente um homem a cometer um ato de violência, muitas vezes chegando morte, contra aquela à qual denomina como companheira, em outros de violência sexual, o agressor trata-se do pai, familiar próximo ou amigo da família. Muitos relacionamentos que terminam em homicídio, começam como uma relação abusiva, no qual a mulher apesar das agressões não se reconhece como vítima, e aceita o parceiro de volta após pedidos de desculpas e promessas de mudanças.

A compreensão das relações de gênero perpassa por várias conceituações e estudos, desde a construção de papéis masculinos e femininos, do aprendizado destes que formam a identidade dos sujeitos; da sexualidade; do enfoque na violência contra a mulher; das discussões sobre as masculinidades, até as questões que conseguem relacionar gênero e poder, colocando em evidência que a subordinação feminina não é natural, estática e imutável (COSTA, HOLANDA, SILVERA, MADEIRA 2012).

Ainda podemos tratar do que foi dominada de violência obstétrica, que apesar de não ser enquadrada como violência doméstica tem sido um tipo de violência contra a

¹ Fonte: www.quebrandoosilencio.org, acesso 09/2018)

mulher que está ganhando espaço em vários tipos de mídia, ela está relacionada à prática de ofensas e/ou abusos médicos e uso de procedimentos considerados agressivos contra gestantes, normalmente em trabalho de parto, muitas vezes usando-se também de frases carregadas de machismo.

As mulheres ainda na atualidade em sua maioria se declinam para a preservação da concepção de família e de casamento, que, de acordo com os preceitos principalmente religiosos, devem se manter na relação conjugal mesmo tendo sido submetida à agressões físicas e/ou verbais. Os dados da pesquisa retratam os números da violência doméstica no Brasil: ² Seis a cada 10 brasileiros conhecem alguma mulher que foi vítima de violência doméstica. Machismo (46%) e alcoolismo (31%) são apontados como principais fatores que contribuem para a violência; O medo continua sendo a principal razão (68%) para evitar a denúncia dos agressores. Em 66% casos, os responsáveis pelas agressões foram os maridos ou companheiros.

A Amostra de pesquisa anteriormente citada, revela dados da violência de dez anos atrás, no referente período ainda não havia grandes campanhas na mídia em geral, contra a violência cometidas às mulheres, na atualidade nos deparamos a cada dia com números que aumentam diariamente, sem mencionar as agressões não são contabilizadas pois não se efetivam as denúncias, além de violências verbais e psicológicas mantidas muitas vezes em sigilo, pelo constrangimento que lhes são imputados. Os dados da pesquisa, são referentes ao ano de 2017(dois mil e dezessete):³O Brasil registrou, nos dez primeiros meses do ano passado, 63.090 denúncias de violência contra a mulher – o que corresponde a um relato a cada 7 minutos no País. Os dados são da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR), a partir de balanço dos relatos recebidos pelo

² (Fonte: BAARS. 2009, p. 13Site)

³ (<http://www.metropolis.com/distrito-federaloab-divulga-nota-de-repúdio-a-violencia-contra-a-mulher-e-legitimacao-do-estupro>, 2018).

Ligue 180. Entre estes registros, quase metade (31.432 ou 49,82%) corresponde a denúncias de violência física e 58,55% foram relatos de violência contra mulheres negras.

O Brasil, além de ocupar um dos primeiros lugares do ranking de violência contra mulheres, ainda faz parte de outras tristes estatísticas, pois apesar de ser um país com auto nível de miscigenação, as taxas de crimes contra negros, em especial mulheres, é bastante elevado. Quando tiramos um pouco o foco do feminismo, podemos também nos atentarmos para a quantidade de crimes cometidos contra gays, transexuais transgêneros e travestis, quando o crime se deve a razões referentes à identidade sexual, se torna o crime de homofobia, recentemente criminalizado.

As agressões contra mulheres, que quase sempre são cometidas pelo marido, muitas vezes por uma necessidade de demonstração de força por parte do homem e motivadas pelo desejo de separação da vítima, após repetidas agressões e ameaças que infelizmente se tornam tentativas de homicídios ou um feminicídio consumado. Além dos diversos supostos motivos utilizados na busca para se justificar os crimes contra as mulheres, a desconstrução do ideal de mãe e dona de casa têm se transformado pelas novas posturas que as mulheres tem assumido. A exemplo, pode-se observar que a algumas décadas atrás não veríamos na mulher uma concorrente para o homem em se tratando de mercado de trabalho, assim como em diversos outros ambientes, no trecho a seguir o(a) autor(a) descreve a violência masculina como forma de auto afirmação, grifos do(a) autor(a):

A violência dos homens contra as mulheres é apenas uma das faces das várias formas de violência que constituem uma subjetividade a violência em forma de agressão aos outros, preferencialmente contra os mais fracos, crianças e mulheres, já que aprendeu a desconfiar da fraqueza, a ter horror da fragilidade, a se irritar com elas. Aprendendo no dia-a-dia que aquela mulher idealizada que aprendeu a desejar não existe, que aquela mulher passiva, mulher objeto, pensa, deseja, reclama e disputa com ele poder e espaço, que, cada vez mais, as mulheres não aceitam o lugar social e cultural que lhes havia sido reservado, desorientado e ressentido, este homem terá dificuldade em se relacionar com este outro que o limita e o interpela, que o abandona, que o nega, que o desrespeita, não encontrando consolo, muitas

vezes, a não ser em eliminar este outro, em matar a mulher, como forma de se afirmar macho, preocupado que está com sua perda de status, com o que vão dizer os outros homens, que são os seus juízes, a quem deve sempre satisfação (ALBUQUERQUE, 2010, p 30).

As mulheres em toda a história da humanidade sempre sofreram além dos variados tipos de agressões físicas, agressões psicológicas, de homens e até mesmos das próprias mulheres, tendo por base concepções machistas, que alguns momentos foram respaldadas por leis, como a exemplo do ⁴decreto lei proibindo as mulheres de praticarem futebol profissional em qualquer de suas modalidades, do ano de 1941 até o ano de a 1979, o que restringia a liberdade tornando-as a certo ponto vulneráveis, diante de hierarquia masculina sujeitas a situações humilhantes, excluídas do mercado de trabalho ou restritas a apenas algumas profissões.

Nos tempos atuais, é possível observar as movimentações no que se refere à criação de leis que criminalizam as agressões contra as mulheres, sejam elas físicas ou verbais, no entanto por razões tidas como culturais ainda existe uma relutância em efetuar as denúncias, além disso nos meios de comunicação a uma crescente divulgação de casos de feminicídio, em decorrência dos mesmos, prisões são efetuadas frequentemente. As relações de gênero tem sido temática ouvida com facilidade em diversos meios, o debate sobre a desconstrução das relações criadas durante toda a existência humana tem crescido e tomado corpo. A abrangência que o termo gênero abarcou possibilitou uma abertura para diversas pesquisas sobre a opressão sofrida pelas mulheres, como as pesquisas realizadas por Passos, Rocha e Barreto vem afirmando.

[...] as pesquisadoras feministas assinalaram muito cedo que o estudo das mulheres acrescentaria não só novos temas como também iria impor uma reavaliação crítica das premissas críticas do trabalho científico existente (SCOTT, 1991, p. 2 apud PASSOS, ROCHA e BARRETO, 2011, p.55).

⁴ (Globo Repórter, 31/05/2019 – REDE GLOBO DE TELEVISÃO)

Conseguimos detectar com certa facilidade a existência de relacionamentos abusivos, onde as mulheres quando não são agredidas fisicamente, são expostas a situações que minam sua autoestima para torna-las mais dependentes dos cuidados e proteção do homem, essa forma de agressão, pode ser vista por muitas mulheres, apenas como um maneira do parceiro de demonstrar afeto e zelo, no entanto as relações se tornam cada vez mais controladoras, com privação das liberdades, e ataques permanentes a autoestima da mulher. As atitudes inicialmente vistas como cuidados, se tornam cada vez mais agressivas, chegando a um patamar onde necessitam de ajuda externa, pela dificuldade de muitas mulheres em se assumirem como vítimas de agressão pelo próprio parceiro, como aponta Saffioti (1994b), [...] as estatísticas apontam que 70% dos homicídios de mulheres no Brasil são cometidos por ex-maridos e ex-namorados, na maioria das vezes, por não aceitarem o desejo das mulheres de ruptura do relacionamento amoroso (apud SADENBERG, MACEDO, 2011, p. 45).

O fator de vivermos em uma sociedade extremamente patriarcal, dominadora e machista, possibilita aos homens uma visão controladora, assim como em toda a trajetória da humanidade, quando a mulher passava da propriedade do pai, para o domínio do marido. Ainda na contemporaneidade, a pose é vista como fator natural nos relacionamentos afetivos, favorecendo à existência do sentimento de domínio do homem sobre a mulher, desencadeando uma sequência de fatores que naturalizam até mesmo as agressões físicas.

Os padrões hierárquicos pelos os quais se organizam as instituições familiares, apesar das mudanças ocorridas em relação ao papel feminino no contexto da família, proporcionadas principalmente, pelo o aumento considerável de mulheres no mercado de trabalho, com destaque na década para 80, contribuíram para que a mulher assumisse a chefia da família em muitos casos, impulsionadas também por fatores como a legalização do divórcio e o aumento de mulheres se tornando mães solteiras.

As mulheres ainda ocupam uma posição de inferioridade ao homem, estabelecendo assim com maior facilidade os papéis de vítima e de agressor.

1.3 MERCADO DE TRABALHO

No que diz respeito ao mercado de trabalho, as mulheres são sempre remuneradas com salários menores, mesmo quando exercem a mesma função, em uma mesma empresa que um homem. Questões como a licença maternidade são usadas como argumentos pelas empresas para justificarem as disparidades salariais e a inexistência de outros direitos, no entanto com o avanço nos debates sobre os direitos da mulher além de um grande aumento de entidades como sindicatos, associações e cooperativas que lutavam por direitos tais como igualdade salarial, creches, direito à amamentação em locais públicos, cursos profissionalizantes, redução da jornada dupla de trabalho, entre outros como menciona Zirbel(2007).

Nos tempos atuais, algumas leis trabalhistas foram extremamente importantes no processo de inserção das mulheres no mercado de trabalho, a licença maternidade por exemplo, permite que a mulher permaneça em casa de quatro a seis meses, podendo variar de acordo com a empresa com qual se tem o vínculo empregatício. Movida pelo o que comumente chamamos de extinto materno, as mulheres tendem a abdicar da profissão para se dedicar aos cuidados com a família, no entanto essa função poderia ou deveria ser responsabilidade do homem e mulher de maneira mútua, enquanto pais.

A construção das desigualdades foram engessando os papéis atribuídos a homens e mulheres, assim em relação ao mercado de trabalho ficou estabelecido por muito tempo que algumas profissões deveriam ser exercidas somente por homens, como também profissões que remetiam aos cuidados com crianças, casa ou estética foram exercidos unicamente por mulheres. Os movimentos feministas desde sua fundação,

pautavam em seus debates defesa pela igualdade, não somente dos sexo mas também de gênero, raça e de classe, sendo o mercado de trabalho um desafio em qualquer desses fatores, e levando-se em conta o quanto de sexismo e preceitos havia e há dentro de grandes empresas, o embate para a abertura de espaços que aceitassem manter em seus quadros de funcionários, pessoas do sexo feminino era grande, como Simone Sanches (2006) (apud SADENBERG, 2011, p.75), apontam no trecho abaixo:

O mercado de trabalho brasileiro tem uma hierarquia que se repete sempre. No topo estão os homens brancos, com os melhores salários, as melhores posições, as menores taxas de desemprego e menos participação no mercado informal. Em seguida vêm as mulheres brancas, que quando desempenham as mesmas funções recebem salários que vão de 70% a 75% dos salários dos homens brancos. Elas já sofrem com o acesso a cargos de chefia e com o desenrolar de suas carreiras. Os homens negros ganham 60% do que ganham os brancos, discriminados por sua cor. Já as mulheres negras são as que mais ocupam vagas no mercado informal, principalmente em empregos domésticos, e ganham 30% ou 40% dos salários dos brancos. É nessa desproporção que nosso trabalho está baseado. O Brasil é o maior país negro fora da África, o que mostra que o universo de homens e mulheres negras não pode ser visto como de minorias. Eles somam 70% da população economicamente ativa, que é de 88 milhões de pessoas no Brasil. Por isso, quando pensamos em políticas públicas é preciso ter as questões de raça e gênero em foco.

A citação acima trata ainda das variadas disparidades envolvendo homens e mulheres, brancos(a) e negros(a), podemos verificar com facilidade que de acordo com a observação das autoras, o Brasil é o país com maior número de negros fora da África, e ainda assim possuímos números vergonhosos, comprovando o racismo unido ao sexismo diante dos papéis desempenhados e a remuneração recebida, bem abaixo do que recebem os homens de cor branca.

Sabemos que incluído na Constituição do Brasil está o direito à igualdade, porém não há efetivamente a consolidação desses direitos enquanto posturas sociais. As políticas que deveriam promover igualdade racial e de gênero nem sempre contemplam as necessidades de todos(as) os cidadãos(as), existindo somente no papel, como a extinção de qualquer ato que possa ser considerado discriminatório, sujeito a responsabilização criminal, em contraponto passou-se a utilização do

sistema de quotas, na educação e na seleção de candidatos a vagas de emprego respeitando as diferenças, apesar dos prós e contras do sistema de quotas, na verdade o ideal é que não fosse necessário a utilização de tal recurso para se fazer valer o direito de negros, mulheres e pessoas portadoras de alguma deficiência física poderem ter acesso ao direito de trabalhar ou estudar.

O capitalismo se utiliza de diversas formas de controle, em especial dos meios de produção, que em alguns momentos como, na revolução industrial quando as mulheres foram aproveitadas pelo baixo preço aceito por sua mão-de-obra, e em outros momentos da história o sistema fez uso da mídia para disparar mensagens que afirmavam ser o lugar da mulher em casa, nos cuidando do lar e dos filhos, na citação seguinte Zirbel(2007) descreve sobre esta manipulação do sistema capitalista:

[...] “ora incorpora as mulheres no sistema de produção, ora descarta-as e as marginaliza na família como exército de reserva, segundo as suas exigências, para rebaixar os salários e dividir a classe trabalhadora” (SORJ, 1995, p. 157). Saffioti, mediante uma análise marxista da situação da mulher, percebia a sua inferioridade na sociedade como produto de uma necessidade estrutural do capitalismo (ZIRBEL, 2007, p. 38).

Ainda é comum encontrarmos empresas de variados setores que praticam a diferença salarial entre homens e mulheres, apesar de todo o protagonismo feminino, e do fato de que em grande parte dos casos as mulheres possuem melhor formação acadêmica, além de acumular as funções do emprego com as atividades domésticas.

1.4 TRAJETÓRIA DO MOVIMENTO FEMINISTA

Apesar de certo aprisionamento às questões socioculturais a luta por condições mais igualitárias já ultrapassam algumas gerações, de diversas formas, algumas mais sutis e outras ações que marcaram como a queima de sutiãs, que até os dias atuais ainda está na memória, tanto daqueles(as) que já eram nascidos(as) ou mesmo dos(as) que conhecem os fatos apenas através de reportagens da época.

A trajetória dos movimentos feministas no caminhar da história da humanidade atravessaram governos ditadores e concepções culturais que contribuíram para a perpetuação de valores machistas que imperam ainda na sociedade contemporânea. Assim como o sexo feminino se tornou oprimido porém em alguns momentos age como opressor, os homens também se tornam vítimas de sua própria opressão, presos á padrões de masculinidade. O movimento feminista alcançou conquistas inclusive do ponto de vista dos direitos constitucionais e políticas públicas, como apontam as autoras, nesta citação abaixo:

Após as conquistas obtidas na Constituição de 1988, os grupos de mulheres e feministas perceberam a necessidade de “lutar pela regulamentação dos dispositivos constitucionais e pela implementação de políticas públicas que assegurem os direitos conquistados” (Rodrigues, 2001, apud ZIRBEL, 2007, p.94).

Nas Ciências Sociais, em geral, o feminismo é entendido como um movimento social, que luta em prol dos direitos das mulheres surgido no bojo dos novos movimentos sociais das décadas de 1960 e 1970 (ZIRBEL, 2007, p.17).

A família sendo nosso primeiro meio de convívio, em sua maioria trata as desigualdades de forma a naturalizá-las. Em muitos casos as escolas permanecem reproduzindo e reforçando os conceitos do machismo, juntamente com igrejas (religiões) que também estão presas a valores machistas de submissão da mulher para com o homem. A perpetuação de uma ideologia sexista, é alimentada por pequenas atitudes e comportamentos já tão impregnados em nossas rotinas diárias, que na maior parte do tempo não nos damos se quer conta do machismo ali enraizado. Segregadas a viverem submetidas às tarefas domésticas as mulheres tiveram tardiamente a conquista de poder frequentar escolas e se inserirem no mercado de trabalho, bem como na contemporaneidade são negados a quase toda a sociedade, como saúde, educação de qualidade, trabalho e segurança, conquistas que normalmente para as mulheres são ainda mais difíceis de alcançar pois, precisa além de superar diversos outros fatores como falta de investimentos públicos compete ao feminismo ultrapassar as barreiras impostas pelo preconceito.

Desde os anos de 1980, quando ocorreu este maior engajamento popular, um período também apontado por Zirbel(2007) como “revolução sexual”, além de movimento social, o feminismo se transformou em movimento político, devido ao grande número de demandas referentes aos direitos das mulheres que poderiam ser resolvidos no âmbito das leis, além desse fator novas organizações surgiram contribuindo para a abertura de vagas no mercado de trabalho, em especial nos jornais e nas universidades, como mencionado pela autora no trecho abaixo:

[...] novos partidos políticos, criados com a “abertura” de 1979, e eram assunto das matérias do jornal. Outras estavam nas cada vez mais numerosas Organizações Não Governamentais, também criadas a partir da redemocratização do país, ou nas agências do governo, que também se multiplicaram desde então: os conselhos estaduais da condição feminina e o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, por exemplo. E um número grande delas tinha ido para a Universidade (CORRÊA, 2001, p 19).

O movimento feminista se expandia e as discursões sobre gênero ganhavam espaço inclusive nas mídias da situação, que no período tratando-se da década de 80, antes da explosão da internet quando os principais meios de comunicação ainda eram a TV e os jornais impressos, na política era cada vez maior a participação de feministas nos debates e/ou envolvidas diretamente no cenário que antes se fazia reservado aos homens, levando ao cenário da política os projetos que a causa feminina defendia como a descriminalização do aborto, como aponta Zirbel:

Assim, exemplos do avanço das idéias feministas e do Movimento de Mulheres dentro do partido podem ser percebidas no projeto de Constituição apresentado pelo PT ao Congresso (em 1987) onde três aspectos se destacaram: a luta geral contra a discriminação das mulheres, a defesa a uma livre orientação sexual e a descriminalização do aborto. O tema do direito legal ao aborto gerou grandes debates, havendo pressões internas e externas (de setores ligados à hierarquia da Igreja católica) para que não fosse levada adiante (ZIRBEL, 2007, p. 91).

Por intermédio de pesquisas qualitativas ou quantitativas, como a exemplo da pesquisa realizada para a construção desse trabalho, os movimentos feministas faziam uso dessa metodologia, para se obter dados que facilitariam a compreensão das situações pelas quais as mulheres passavam, e ainda enfrentam nos dias atuais.

Zirbel(2007), trata dos percursos do feminismo no Brasil e das pesquisas desenvolvidas no processo de desenvolvimento dos estudos sobre a mulher.

A pesquisa sobre o tema das relações de gênero os aspectos que a permeiam, me proporcionou uma compreensão com mais proximidade de minha própria realidade, mulheres que conheço e convivo desde a infância, revelaram histórias de seus cotidianos, aflições vividas que muitas vezes não são externadas pelo simples fato de terem sido naturalizadas. As desigualdades criadas a partir das diferenças existentes entre os sexos, são utilizadas como justificativa para agressões, para o pagamento de um salário menor à mulheres e outras infinidades disparidades e desrespeitos são de certa forma legitimados pela maneira com a qual concebemos o outro, o diferente. No trecho seguinte o autor descreve sua visão em relação ao estabelecimento das desigualdades:

Concebo na espécie humana duas espécies de desigualdade: uma, que chamo de natural ou física, porque é estabelecida pela natureza, que consiste na diferença das idades, da saúde, das forças do corpo e das qualidades do espírito, ou da alma; a outra, que se pode chamar de desigualdade moral ou política, porque depende de uma espécie de convenção, e que é estabelecida ou, pelo menos, autorizada pelo consentimento dos homens (ROUSSEAU, 1978, 235-260 apud BARROS, 2016, p 01).

Havia nas mulheres um receio de se assumirem feministas, até por volta dos anos 80, o termo ainda era rejeitado por muitos grupos, mesmos quando se tratava de parceiros, que em diversos momentos defenderam as mesmas causas, “[...]percebemos que havia, na sociedade brasileira, uma simpatia à causa das mulheres mas uma rejeição ao termo feminismo”, como aponta Zirbel (2007, p. 111). Assumir-se feminista em períodos, em que as demonstrações de preconceitos de vários viés eram extremamente comuns, o movimento feminista, possibilitou através de diversas ações, desde o seu surgimento, que grupos de mulheres se organizassem para debates sobre os variados problemas enfrentados, além da busca pela equidade de direitos. Para que tal equação seja alcançada, os movimentos feministas buscam

melhorar a autoestima da mulher e superar as disparidades para que a sociedade seja influenciada por novos valores, buscando refletir sobre as relações sociais.

Para aproximarmos gênero e educação, nesse sentido temos que ter a educação não somente como campo de pesquisa mas como disseminadora de conceitos e ideologias que fundamentam as relações construídas no espaço das escolas e levam para muito além de seus muros, comportamentos e maneiras de pensar que são determinados pelo o que é transmitido e como é transmitido. A formação dos educandos, principalmente no diz respeito aos valores culturais, é um processo criterioso que requer atenção especial pois não se muda costumes e relações que foram construídas em centenas de anos de subordinação, racismo, entre outros valores que vão em desencontro com a igualdade social, racial e de classe (ZIRBEL,2007).

2 GENERO E EDUCAÇÃO ESCOLAR

As instituições de ensino foram criadas a partir de padrões de carceragem, baseando-se em geral nos moldes religiosos e pensada, inicialmente, apenas para homens, foram surgindo aos poucos turmas que aceitavam mulheres, no entanto separadamente dos homens e com uma grade de ensino totalmente diferente para cada sexo, sendo ensinado apenas o que se julgava adequado, provavelmente devido ao rigor imposto pela igreja, que detinha grande conhecimento e estrutura, utilizados para manter em sistema de internato moças para estudo, e em outros casos também para a conversão à vida religiosa, se assim fosse conveniente e estivesse de acordo com os preceitos familiares patriarcais. Assim apenas em 1808, a educação voltado à mulheres das classes mais altas passaram a receber ensinamentos mais diversificados, como afirmam as autoras:

No Brasil Colonial, não havia escolas para o sexo feminino e, assim, a educação das mulheres acontecia em conventos religiosos e se restringia à

aprendizagem de prendas domésticas. Com a vinda da Família Real para o Brasil, em 1808 teve início a educação laica para o sexo feminino, na cidade do Rio de Janeiro, através de senhoras oriundas de Portugal, França e da Alemanha que, além das prendas domésticas, passaram a ensinar às mulheres, principalmente de camadas economicamente superiores, rudimentos de aritmética e de língua portuguesa (PASSOS, ROCHA, BARRETO, 2011, p. 52).

Desde sua criação a escola passou por muitas transformações, principalmente no que tange sua estrutura pedagógica, pois a física continua a se assemelhar aos presídios. A escola tende a reproduzir os valores da sociedade na qual ela está inserida, vindo assim na maior parte das vezes fortalecer valores machistas e de exclusão, como colocam o trecho do texto as autoras Costa, Rodrigues e Vanin (2011):

É através de sua organização currículos, práticas pedagógicas, estrutura física, docentes, regulamentos e avaliações que, implícita e explicitamente, a escola produz as diferenças entre os indivíduos inculcando valores, normas e concepções interiorizadas de forma a concebê-las como “naturais”, ainda que provenham das relações sociais estabelecidas culturalmente (COSTA, RODRIGUES e VANIN, 2011, p. 07).

O espaço da escola se torna uma grande referência, pois é o local onde passamos a maior parte de nosso tempo, durante uma boa parcela de nossa vida, além de ser depois do ambiente familiar o espaço no qual estabelecemos os vínculos de maior complexidade, por se tratar de um ambiente educacional onde são constituídos os padrões de comportamento, pois assim como a educação, de maneira geral, a educação escolar também tem como uma de suas principais funções transmitir saberes e culturas, componentes fundamentais na formação de qualquer cidadão. Como já mencionado em um ponto anterior desse trabalho, a educação foi algo criado para tornar ainda mais evidente as disparidades entre, as classes sociais e entre homens e mulheres.

A educação de maneira geral desempenha uma função muito importante na formação de todo e qualquer cidadão, estimulando potencialidades, formando caráter e

ideologias, Costa, Rodrigues e Vanin (2011, p.07), “Sabemos da importância do papel da Escola na formação e transmissão dos princípios morais, religiosos e dos valores sociais na preservação da cultura e das tradições da história de um povo”. Todo o processo educacional tem início nos primeiros contatos com os membros da família, sendo estes, espelhos a serem refletidos, e como somos um povo repleto de preconceitos dos mais variados tipos, a tendência é que a cada nova geração repitamos a cultura do machismo e da intolerância. A educação em contrapartida é o que nos torna ou pode nos tornar seres com uma capacidade maior de discernimento, nos preparar para a vida em sociedade ou para transformá-la nos impondo novos valores como igualdade entre classes, raças e gênero.

A cultura do machismo fortalece preconceitos, e infelizmente nossas instituições escolares são grandes responsáveis pela perpetuação de conceitos de inferioridade feminina, assim como do negro e de outros grupos sociais que foram estigmatizados como menos capazes e mais fracos. Ainda na atualidade, após diversas mudanças nas práticas pedagógicas, as instituições escolares continuam a reproduzir ideologias de exclusão, muitas vezes essas ideologias passam despercebidas por serem vistas como naturais que segundo afirma Louro (1997), “A tarefa mais urgente seria desconfiar do que é tomado como "natural". Desta forma, currículos, normas, procedimentos de ensino, teorias, linguagem, materiais didáticos e processos de avaliação são colocados em questão”.

Diante do poder transformador que a escola possui, é que se dá a constituição desta como mecanismo de mudança para as relações antes tidas como naturais porém segregam e discriminam, para tal mudança o corpo docente de cada instituição escolar necessita reconhecer que o seu papel será o de mediador que crie e possibilite espaços para o estímulo da criticidade, para que os educandos possam vir a construir seus próprios conceitos, tornando-se assim a equipe de docentes importantes instrumentos de transformação, como afirmam as autoras no trecho abaixo:

[...] a escola poder ser o lugar da transformação, da construção de novas relações de gênero, enfim, de mudança dos padrões culturais. No entanto, para assumir esse novo papel é fundamental uma mudança de mentalidade entre professores(as), coordenadores(as) e a própria direção escolar, no sentido de compreender e entender as relações de gênero, as dinâmicas inter-raciais e suas implicações no campo da cidadania. E isso implica em um novo olhar e em uma nova prática por parte de educadores(as) e dirigentes (COSTA, RODRIGUES e VANIN, 2011, p. 08).

Ao adentrar o ambiente escolar, faz-se imprescindível compreender a tamanha relevância de se criar na escola espaços de preparação de cidadãos para a vida, em sua maioria já chegam à escola com sua própria ideologia e valores culturais, que quase sempre estão carregados de machismo e preconceitos de raça, orientação sexual e religião. As práticas educacionais podem ser baseadas na construção cultural desde que não naturalizem ou reafirmam os estereótipos, como podem ser observados na Pedagogia de Gênero que vem para contrapor a naturalização do machismo e da perpetuação do mesmo através da educação. As autoras apontam no trecho a seguir, como as práticas que são desenvolvidas no processo educacional e agem para superar as desigualdades:

[...] conjunto de princípios e práticas que objetivam conscientizar indivíduos, tanto homens quanto mulheres, sobre a ordem e as relações de gênero vigentes em nossa sociedade, capacitando-o e instrumentalizando-os para atuarem no sentido de superá-las e, assim, construir a equidade entre os sexos (COSTA, RODRIGUES e VANIN, 2011, p 09 apud COSTA, PASSOS, SARDENBERG, 1999).

A educação é somente um dos meios pelo qual se faz possível alcançar uma equidade de direitos, no entanto é necessário campos como os das políticas públicas, para que se garantam programas e leis para a efetivação de diversos direitos das mulheres. O movimento feminista, representa uma grande parcela de conquista de direitos femininos, teve seus maiores avanços após a inserção de maneira mais abrangente das mulheres nas instituições de ensino, em especial nas universidades, este fato foi crucial para os avanços de pesquisas, tanto no sentido quantitativo quanto no

qualitativo, um dos claros exemplos da educação como ferramenta transformadora foi a entrada da primeira mulher na Academia Brasileira de Letras, “Entre altos e baixos o ano de 1977 viu ainda a Academia Brasileira de Letras abrir suas portas, pela primeira vez em toda a sua história, para o ingresso de uma mulher entre os “imortais”, a escritora Raquel de Queiroz”(ZIRBEL, 2007, p. 66).

Quando se trata de educação básica, da pré-escola até o final do ensino médio, que é a base da formação do sujeito, a função do docente é ainda mais complexa, pois apesar das mudanças já regulamentadas nos currículos as relações que são estabelecidas na escola tem início na família, onde os padrões patriarcais imperam em quase totalidade dos lares, além de todo um contexto e estruturas que corroboram para que continuem sendo disseminados os conceitos machistas e preconceituosos dentro do ambiente escolar, contribuindo para que a mulher permaneça excluída de alguns ambientes ainda nos dias atuais.

Uma das principais funções da educação é estimular uma consciência crítica, Com o intuito de fornecer instrumentos através do conhecimento para que este(a) cidadão(ã) transforme todo o seu entorno, “A escola deve ser espaço que promova a transformação, a mudança para favorecer a construção de indivíduos críticos, conscientes e democráticos”. Afirmam as autoras Costa, Rodrigues e Vanin (2011, p.09), assim também será capaz de compreender os novos modelos de família, comportamentos e relações, como tratam as autoras neste trecho a seguir.

Escola não pode mais ficar alheia a essas e outras transformações que ocorrem na sociedade estabelecendo novos padrões de sociabilidade que se sobrepõem, em um processo dialético, e que transformam, profundamente, o cotidiano de jovens e adolescentes. Necessariamente, a escola tem de construir respostas imediatas para as questões resultantes do surgimento dos novos padrões de sexualidade, de violência, no cotidiano doméstico, e das transformações nos papéis de gênero e seus reflexos na família, nas práticas pedagógicas, relações interpessoais etc. (COSTA, RODRIGUES, VANIN, 2011, p.07).

A escola possui um papel transformador, formador e é, a partir da atuação de um(a) docente comprometido(a) com o processo de constituição dos sujeitos, que compreenda seu papel de veículo no processo de educar, respeitando as diferenças e valorizando a igualdade de direitos. Pautando sempre temas a desnaturalização do machismo, racismo e desigualdade de classe e gênero, transformando a educação em um fio condutor entre o educando(da), educador(a), família e sociedade, neste processo de formação, como complementa o trecho a seguir:

[...] a Educação está implicada, seja qual for a perspectiva que se assuma, num processo de construção de sujeitos. Gênero pode ser, pois, um conceito relevante, útil e apropriado para as questões educacionais. Pondo em xeque o caráter 'natural' do feminino e do masculino, o conceito indica que há um processo, uma ação, um investimento para 'fazer' um sujeito 'de gênero' (e não se duvida que a educação tem a ver com isso). Por outro lado, nessa área, como ocorreu em tantas outras, os estudos e as práticas preocupados com tais questões concentraram-se, por muito tempo, exclusivamente nas meninas e nas mulheres ou, em alguns casos, utilizaram de forma muito limitada o novo conceito, tomando-o como um mero substituto para o termo mulher e desprezando, assim, suas potencialidades analíticas mais radicais (MACHADO, SANTIAGO e NUNES, 2010, p.12 apud LOURO, 2002, p. 229).

Os educadores(as), assim como também toda a equipe pedagógica das instituições escolares devem desempenhar uma prática educacional que favoreça a participação de todos(as) os alunos(as) de maneira igual, estimulando a cooperação e a percepção de que são iguais em capacidade para a realização das mesmas tarefas independente das diferenças físicas. O que nos cabe é perceber como já são evidenciadas as diferenças que foram sendo construídas e naturalizadas culturalmente nas brincadeiras e brinquedos oferecidos como pontuam Sardenberg e Macedo na citação abaixo:

Vale observar que as brincadeiras infantis ou mesmo os brinquedos oferecidos às crianças trazem imbricados as ideologias de gênero e os papéis sexuais atribuídos a homens e mulheres. Meninas brincam de "casinha" com bonecas, panelinhas, fogõezinhos e outras miniaturas de objetos utilizados nas "tarefas domésticas", sendo assim modeladas e treinadas para a maternagem e para assumirem, na vida adulta, o papel de boas mães e donas-de-casa. Pouco se lhes oferece em termos de brincadeiras ou brinquedos que incentivem o desenvolvimento das capacidades intelectuais, físicas e de liderança, ou que as prepare para uma vida profissional. São treinadas, desde cedo, para a "domesticidade" ou, então, para ocupações

majoritária e tradicionalmente tidas como “femininas”, professoras primárias, enfermeiras, secretárias, assistentes sociais. Para os meninos, em contrapartida, tudo é feito e proporcionado para que se desenvolvam, física e intelectualmente, se tornem homens fortes, tenham uma profissão e capacidade de liderança e assumam posições no mundo da produção e no espaço público (SARDENBERG, MACEDO, 2011, p. 41).

Tanto no ambiente familiar quanto no escolar são estimuladas as habilidades consideradas específicas para cada sexo, de maneira continuada e sutil como afirma Louro, dessa forma cada criança é moldada e as diferenças vão penetrando nos sujeitos de forma à constituírem suas identidades, no trecho abaixo a autora discorre sobre essas questões:

Por um aprendizado eficaz, continuado e sutil, um ritmo, uma cadência, uma disposição física, uma postura parecem penetrar nos sujeitos, ao mesmo tempo em que esses reagem e, envolvidos por tais dispositivos e práticas, constituem suas identidades "escolarizadas". Gestos, movimentos, sentidos são produzidos no espaço escolar e incorporados por meninos e meninas, tornam-se parte de seus corpos. Ali se aprende a olhar e a se olhar, se aprende a ouvir, a falar e a calar; se aprende a *preferir*. Todos os sentidos são treinados, fazendo com que cada um e cada uma conheça os sons, os cheiros e os sabores "bons" e decentes e rejeite os indecentes; aprenda o que, a quem e como tocar (ou, na maior parte das vezes, não tocar); fazendo com que tenha algumas *habilidades* e não outras... E todas essas lições são atravessadas pelas diferenças, elas confirmam e também produzem diferença. Evidentemente, os sujeitos não são passivos receptores de imposições externas. Ativamente eles se envolvem e são envolvidos nessas aprendizagens — reagem, respondem, recusam ou as assumem inteiramente. Os mais antigos manuais já ensinavam aos mestres os cuidados que deveriam ter com os corpos e almas de seus alunos. O modo de sentar e andar, as formas de colocar cadernos e canetas, pés e mãos acabariam por produzir um corpo escolarizado, distinguindo o menino ou a menina que "passara pelos bancos escolares" (LOURO, 1997 p. 61).

Diversos fatores no ambiente escolar, corroboram para que sejam reafirmados incessantemente, os papéis de mulheres e homens na sociedade hierárquica e patriarcal. Os livros didáticos são comumente uma ferramenta dessa divisão dos sexos nas relações sociais, além da desvalorização dos negros, e ainda não há representação das mais recentes configurações familiares, podendo assim causar a impressão da padronização dos grupos familiares, quando na verdade eles podem e são, múltiplos e variados.

Comumente pode-se observar a existência de um policiamento, por parte da equipe pedagógica em relação ao comportamento de meninas e meninos no ambiente escolar, onde costumeiramente são posturas relativas a delicadeza feminina e a força masculina, as cobranças muitas vezes são feitas diante de toda a turma, o que em geral favorece o fortalecimento de estereótipos que por sua vez proporciona uma abertura para o que na atualidade conhecemos como “bullying”. Temas como homossexualidade, conjunturas familiares consideradas fora dos padrões, transformações físicas típicas da adolescência, raça e religião são fatores que provocam o imaginário e as mudanças de comportamento, Teixeira relata sobre a posição da escola perante a problemática:

Com efeito, ao invés de desafiar seus estudantes quanto aos estereótipos sobre os sexos ou quaisquer outros preconceitos, a escola insiste em aplicar velhas retóricas. Perante o novo ou a “resposta incorreta”, a escola não desafia, ela se sente desafiada. Afinal, o que fazer diante de tantas novidades, de tantas organizações familiares, de tantas condições de gênero? A escola se equivoca ao entender o descompasso de ideias como desrespeito. Tal situação gera crises internas, desencadeando, entre docentes e estudantes, sentimentos de mal-estar, confusos quanto ao que fazer. Afinal, qual o papel da escola e dos/as docentes? (TEIXEIRA, 2010, p. 45).

O que podemos oferecer como resposta à, pergunta feita por Teixeira? Talvez para muitos(as) teriam como resposta que o papel da escola e dos(as) docentes seria o de simplesmente transmitir conhecimento, ou de educar, já que em diversos casos a escola assume também o papel que caberia aos pais, valores, ideologias, no entanto podemos pontuar que não cabe à escola o papel de apenas transmissora de conhecimento, pois a instituição escolar também recebe muito de cada aluno que por ela transita. De acordo com Passos, Rocha e Barreto (2011, p. 50) a educação se coloca de tal maneira:

EDUCAÇÃO é um ato político comprometido com a construção e a transmissão de valores que contribuem para a formação da personalidade das e fornecem modelos identificatórios, modelos esses que apresentam os indivíduos do sexo masculino em posição superior.

Uma das incontestáveis missões de um (a) educador(a) é estimular, instigar a busca pelo conhecimento, pela leitura, o respeito pelo novo, pelo o que é diferente, a inclusão

não deve ser pautada somente no discurso mas nas ações diárias principalmente entre os(as) docentes, às famílias e os demais meios de vivência, onde são cotidianamente reforçadas diversas características que distanciam e aumentam as desigualdades de direitos e deveres entre homens e mulheres devem ser transformados por uma nova forma de educar, como aponta autora no trecho seguinte:

Uma educação comprometida com uma nova ordem social precisa ser capaz de romper com conceitos universais e imperativos morais e investir em uma prática que respeite a subjetividade e proporcione ao indivíduo o exercício da liberdade. Esse compromisso implica na existência de um(a) novo(a) educador(a), de novos conteúdos programáticos, na resignificação do processo de avaliação, enfim, em uma nova prática educativa (ZIRBEL, 2007, p 56).

As disparidades comumente observadas, a começar pela maneira em que se deu o processo de implantação da educação e das instituições escolares no país de diferentes formas para homens e mulheres, e que a partir dessas disparidades outras foram sendo criadas, como por exemplo o fato de que a maioria dos profissionais da educação são do sexo feminino e o salário considerado baixo justamente porque historicamente as mulheres sempre tiveram uma remuneração menor que dos homens. Considerando a espécie de segregação que as mulheres foram condenadas a viver por séculos, pois além da falta de direito à educação diversos espaços eram restritos a frequência masculina.

Sendo o acesso à educação ponto crucial para a transformação social é necessário que ela seja influenciadora de novas visões, e que não tenha por base a distinção sexual, a heterossexualidade como padrão indiscutível e o machismo como algo natural. As instituições escolares e seus docentes são as ferramentas que possibilitam os debates e os prováveis esclarecimentos sobre os mais polêmicos assuntos nos quais muitas vezes as famílias se abstêm, assim também observou Teixeira.

Portanto, para que a escola ocupe um lugar significativo para aqueles que a frequentam e para que tenhamos uma educação que vise à mudança social, será preciso enfrentar discussões, conversas desconfortáveis e, algumas

vezes, assustar/desafiar com outras visões de mundo (TEIXEIRA, 2010, p 47).

As famílias por muitas vezes passam para as escolas a responsabilidade pela educação, quando as mesmas deveriam ocupar uma função formadora, tanto quanto a escola, e seriam juntas instrumentos de preservação ou de transformação de valores, as autoras abaixo citadas tratam dessa relação com a educação:

A educação estrutura a forma de ser das pessoas e indica os lugares que elas devem ocupar na sociedade. Ela é, também, o principal instrumento de transformação nas condições de vida de uma população, podendo conduzir um povo ao desenvolvimento, ao avanço e à melhoria de vida. Porém, ela pode ser, também, um instrumento de preservação e reforço de valores arcaicos, de mentalidades subalternas e/ou autoritárias, e este tem sido, historicamente, o papel da educação, no que se refere à condição feminina (COSTA, RODRIGUES E VANIN, 2011, p 08).

A responsabilização pela formação dos sujeitos deveria ficar a critério da família, possibilitando que tenham referências de caráter, de respeito e de condutas, que priorizem a valorização do ser humano, com direitos independentemente da cor de sua pele, de sua religião, de sua classe social, origens ou do seu gênero. A contribuição que uma educação comprometida, não apenas com o desenvolvimento cognitivo mas, com a formação de cidadãos(as) comprometidos(as) com novas relações sociais que vão de encontro com uma nova maneira de homens e mulheres se organizarem e se posicionarem.

Nas leituras feitas, é consenso a grande relevância do educador(a) no processo de formação, o que torna de extrema importância a consciência desses(as) profissionais da educação do papel desempenhado por eles(as) no desenvolvimento de uma consciência crítica. Algumas políticas públicas contribuíram para que fossem desenvolvidos planos de reestruturação no processo de formação dos educadores(as) como afirmam as autoras Costa, Rodrigues e Vanin (2011, p. 11), para que estes profissionais sejam os condutores na formação de uma consciência crítica em relação a problemática do gênero e dos percalços enfrentados pelas mulheres.

O processo de diferenciação entre os sexos é constituído de maneira gradativa, porém se torna pouco perceptível por se tratar de conceitos bem interiorizados, impregnados desde nossos primeiros momentos após o nascimento. A percepção de ideal de família, de homem e de mulher vão se padronizado como únicos possíveis, devido as referências que recebemos durante nossa trajetória, somos condicionados(as) a ver nas diferenças, em especial as biológicas, como determinantes no que trata das habilidades designadas a cada sexo. A citação a seguir trata de como a educação em geral legitima e reforça os moldes impostos a homens e mulheres:

Entretanto, nossa educação, de maneira geral, e a educação escolar, em particular, reforçam e legitimam a visão essencialista de natureza humana e os modelos de homem e de mulher como decorrentes do mesmo princípio, na medida em que o homem é apresentado como portador de qualidades e potencialidades superiores às da mulher. O conteúdo dos livros didáticos também cumpre o mesmo papel, por exemplo, ao apresentar tarefas diferentes para homens e mulheres, deixando aos primeiros as atribuições de maior valor social e econômico, seja pela forma como as relações entre pais e mães são postas ou, ainda, pela indicação de carreiras a serem seguidas por homens e mulheres (PASSOS, ROCHA, BARRETO, 2011, p 51).

A tarefa árdua e transformadora da educação deve ser desvinculada dos padrões patriarcais, que se mantém geralmente por meio de instituições extremamente importantes na formação de qualquer sujeito, como a igreja e especialmente a escola, ambiente que podemos dizer ser obrigatório na trajetória de qualquer ser humano. A educação inevitavelmente, durante toda sua existência, e das instituições escolares reproduziu e reforçou práticas que aumentavam as desigualdades entre os sexos, limitando a capacidade produtiva das mulheres, novos modelos de educação e práticas educativas estão sendo postos em ação, superando assim os antigos modelos, e contribuindo para que as gerações atuais tenham a oportunidade de desfrutarem de um processo educativo que respeite as diferenças, estimule a criticidade.

O espaço escolar dever ser um ambiente propício para refletir sobre o processo de construção das diferenças sexuais, assim como as demais diferenças construídas historicamente com base em concepções padronizadas, sexistas, racistas, de classe

e de gênero, pois o processo educativo nos proporciona tanto aprender quanto ensinar.

As consequências das relações sob as quais conduzimos nossas vidas, foram extremamente responsáveis, por grande parte das desigualdades que foram se estabelecendo entre homens e mulheres, negros e brancos, ou entre os diferentes gêneros. A dinâmica escolar e os mecanismos utilizados no processo de aprendizagem como, os livros de didáticos, o currículo e até mesmo o discurso dos educadores(as), geram modelos de educação que sustentam as desigualdades, sempre pautados em divisões ocasionadas principalmente pelas diferenças entre os sexos, que em sua maioria se estabelecerem a partir de construções culturais.

O modelo educacional no qual estamos enquadrados(as), compreende uma infinidade de fatores que em geral potencializam as desigualdades, porém com o avanço no debate sobre a necessidade de novas relações de gênero que se amplia, proporcionando outros olhares para as desigualdades com as quais sempre tivemos uma visão de naturalidade. Uma prática na educação capaz de ultrapassar a visão sobre a educação como apenas transmissora de conteúdo, necessita de ações para valorizar as diferenças e seja comprometida com a igualdade, necessita assim de educadores(as) conscientes das especificidades e diversidades encontradas ao se adentrar em sala de aula.

O próprio sistema do qual se utiliza na educação é extremamente discriminatório, pelo fato de fazer uso de métodos avaliativos, classificatórios que dividem e potencializam a hierarquia, de forma que para nos ajudar a compreender melhor, Lima (2011, p 64), trata no trecho a seguir das motivações para moldar os sujeitos através do ensino escolar, “A escola, ao produzir, separar, nomear e qualificar os sujeitos e delimitar e informar qual o seu lugar, acaba por escolarizar as mentes e agrupar diversos grupos diferentes elegendo um jeito de se ser socialmente aceito; ou seja, o seu objetivo é adestrar, “fabricar sujeitos”,[...]. Além dessa contribuição Lima(2011), traz reflexões de

outros autores como Durkheim (1972), sobre o papel da educação na perpetuação de produção das desigualdades mantidas e reproduzidas em especial pela escola.

Sobretudo, Lima(2011) traz em seu texto as diferentes visões, de variados autores como Louis Althusser, Jean-Claude Passeron, Pierre Bourdieu entre outros, que dentro da sociologia deram grande contribuição teórica sobre o papel da educação, como podemos observar nas citações seguintes:

Para Althusser, a reprodução se dá através da posição que os indivíduos ocupam frente aos meios de produção e os aparelhos ideológicos do Estado seriam os responsáveis pela transmissão dessa divisão. Ao considerar que, na estrutura da sociedade, existem proprietários e não proprietários, trabalho manual e trabalho intelectual, o indivíduo passa a absorver essa divisão social e a escola, como aparelho ideológico do Estado, tende a aprofundá-la. (FREITAG, 2005; SILVA, 1993; GOMES, 1985).

Já para Bourdieu e Passeron, a reprodução é resultado da sociedade dividida em classes na qual as classes dominantes, possuidoras dos bens materiais, passam, desse modo, a ser geradoras dos bens simbólicos e são esses bens simbólicos pertencentes a essa classe que são considerados como modelos que devem ser seguidos por todos(as). Assim, a escola possui os mesmos valores, a mesma ética e as mesmas normas dessa classe e os divulga e transmite para toda a sociedade (SILVA, 1993, apud LIMA, 2011, p. 65).

Nas as teorias apontadas acima, o ponto no qual elas tem concordância é o de que, a educação atua no sentido de reprodutora dos valores das classes dominantes, assim como nas pesquisas realizadas, que apontam a educação em grande parte da história responsável pela perpetuação de valores patriarcais e racistas. No entanto a educação se torna transformadora e rompe com as hegemonias de sexo, cor e classe, divergindo com as “teorias críticas” e de seus autores anteriormente apontados. Lima (2011), descreve ainda, sobre como o processo educacional muitas vezes privilegia apenas um grupo social, de classe, de raça ou de sexo, deixando de valorizar as diferentes visões e culturas. Em geral, o currículo e todo o sistema no qual está inserida a escola favorecem a uma prática excludente, portanto é necessário que seja desempenhado o processo formativo que faça o papel inverso, como aponta Paulo Freire(1987), abaixo:

[...] que o papel da educação é humanizar o sujeito e que o papel do oprimido é se libertar da opressão que sofre e libertar seu opressor da opressão que comete contra si. Nesse sentido, o nosso papel como educadores seria combater qualquer tipo de discriminação contra a mulher, negro(a), índio(a),

gays e lésbicas, visto que a diversidade e as interseccionalidades de gênero, raça/etnia e classe estão presentes na sociedade e precisam ser contempladas no cotidiano escolar, nas práticas pedagógicas (apud LIMA, 2011, p.66).

Em outra perspectiva, estão as teorias pós-críticas, que vão de encontro com os pontos levantados neste trabalho, que se tratam da função transformadora da educação associada a uma prática nova e novas ações pedagógicas, assim como afirmam Silva (1995 a; 1999, apud LIMA, 2011, p. 66), seguinte trecho:

Assim, as pedagogias adjetivadas têm seu lugar na transformação da sociedade, como as Pedagogias Feministas e os Estudos Culturais. A incorporação de novas perspectivas teóricas e das demais matrizes pode colaborar e orientar novas práticas e ações pedagógicas, e é dentro dessa nova perspectiva que se inserem as teorias da Nova Sociologia da Educação, dentre as quais *as teorias pós-críticas*. Pensar o currículo como mais do que uma grade de disciplinas organizadas hierarquicamente e denunciar a tentativa de acomodar os(as) estudantes a valores pertencentes a outra classe social, divulgando apenas uma matriz étnica, de gênero e de classe, são pontos importantes dessas novas concepções, uma vez que elas introduziram noções até então desconsideradas pela pedagogia e pela escola.

Para possibilitar que a escola não permaneça a desempenhar o papel de apenas de transmissora de conteúdo ou de valores hegemônicos, disseminando preconceitos e opressões, é necessário começar pela formação do(a) educador(a), sua maneira de conduzir o processo de ensino e aprendizagem é fundamental na construção de novas bases de ensino.

2.1 EDUCAÇÃO ESCOLAR E QUESTÕES DE GÊNERO NO ASSENTAMENTO NOVA VITÓRIA

Mesmo estando vivendo no sec. XXI, grande parcela da sociedade mantém padrões de relações machistas, onde os papéis exercidos por homens e mulheres na família e homem é sempre o chefe, assim também tem permanecido nas comunidades rurais, muito provavelmente pelo fato de que as famílias trabalham no conceito da agricultura familiar onde o esposo toma as decisões em relação ao lote e a investimentos no mesmo, quando ocorre do homem vir a óbito é comum que um dos filhos assuma a

responsabilidade pelo lote acaba por tomar as decisões mais importantes em relação ao trabalho e produção. Cabendo as viúvas em quase totalidade das famílias moradoras do assentamento Nova Vitória a função de continuar cuidando da casa e dos filhos, com uma parcela mínima de contribuição nos trabalhos de plantio, limpa e colheita. As autoras afirmam que a sociedade contemporânea definiu papéis e funções de homens e mulheres a partir da organização colonial, onde mulheres eram propriedade do pai e depois do marido, como se pode confirmar no trecho seguinte:

As sociedades contemporâneas foram definindo papéis e funções diferenciadas aos sujeitos conforme a identidade de gênero. A posição da mulher em outras organizações sociais, como o período colonial e imperial brasileiro, era resguardada a condição de propriedade do pai e, por conseguinte do marido, sem direitos políticos, econômicos e sociais. Essa desigualdade foi se afirmando em nosso país, e mulheres e homens ocupando diferentes lugares sociais, fato que, como sinalizamos anteriormente, tornou-se bandeira de luta do movimento feminista e de mulheres. É inegável as desigualdades entre mulheres e homens, a exemplo no mercado de trabalho que ainda hoje apresenta salários diferenciados conforme o gênero, e as teóricas feministas trataram de desvendar esse processo desigual e denunciar através de suas reivindicações que as condições de vida e trabalho das mulheres são inferiores as dos homens (COSTA, SILVERA, MADEIRA, p.228).

O assentamento Nova Vitória, é constituído por 32 famílias titulares e mais por volta de 40 famílias que foram se formando entre os filhos desses assentados. Desse total de 72 composições familiares, todas seguem o padrão patriarcal e heterossexual, sendo que em apenas 13 residências as mulheres trabalham fora, provavelmente esse número é baixo não devido a algum tipo de repressão direta, mas por uma ideologia que foi sendo disseminada por gerações, deixando a cargo e responsabilidade da mulher a casa e os filhos, que por sua vez mantem em segundo ou terceiro plano a vida profissional.

Tendo em vista valores sexistas, marcante em nossa sociedade por ser facilmente identificado nas relações cotidianas, somos seres extremamente preconceituosos, avessos às diferenças, neste caso quando tratamos das diferenças sexuais, onde homens, e até mesmo mulheres tem no sexo feminino a descrição de incapazes de

realizar diversas atividades, ou pelo menos não teria um desempenho tão satisfatório quanto seria o de um homem, os autores abaixo descrevem o significado de sexismo:

[...] é uma postura em que se constitui em marcante ameaça à democratização da sociedade porque exclui, discrimina e limita a participação das pessoas em função de seu sexo. Trata-se de uma forma de grave preconceito que se manifesta desde a infância e vai se aprofundando, muitas vezes, ao longo dos anos (SOUZA, 2000, apud FAGUNDES, 2011, p 110).

Se concretiza uma visão sexista a partir dos estereótipos que foram construídos pelos conceitos do machismo. Assim aponta Louro(1997):

O argumento de que homens e mulheres são biologicamente distintos e que a relação entre ambos decorre dessa distinção, que é complementar e na qual cada um deve desempenhar um papel determinado secularmente, acaba por ter o caráter de argumento final, irrecorrível. Seja no âmbito do senso comum, seja revestido por uma linguagem "científica", a distinção biológica, ou melhor, a distinção sexual, serve para compreender — e justificar — a desigualdade social.

⁵Outro fato importante que pode contribuir para entendermos melhor o processo de inserção feminina no meio escolar, é relatar que entre as mulheres acima de quarenta (40) anos, apenas duas (02) concluíram o ensino médio ou segundo grau^o, como era chamado, e todas as mulheres acima de 50 anos, apenas estudaram as séries iniciais. As gerações mais jovens passaram a se preocupar mais com o lado profissional, dando continuidade à vida escolar, este fator tem contribuído com a mudança do padrão familiar, antes patriarcal, porém agora com a inserção da mulher no mercado de trabalho elas também passaram a assumir o comando da família, no que tange as questões financeiras se tornando menos subjugadas pelo cônjuge e toda sociedade, que muitas vezes ainda critica o fato de uma mulher que possua marido passe a assumir a função de chefia da casa. Os dados do IBGE abaixo, retratam a realidade das mulheres no Brasil em relação ao nível de escolarização e o mercado trabalho no que tange as questões salariais:

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2007), 60% das mulheres ocupadas no país, hoje, possuem, pelo menos, o ensino médio e, no entanto, ganham apenas 71,3% do rendimento auferido pelos homens e, mais, paradoxalmente, à medida que essa escolarização avança para o

⁵ (Pesquisa realizada no período de 10/2017, no assentamento Nova Vitória).

curso de nível superior, a diferença salarial em relação aos homens se torna ainda maior, fazendo com que percebam apenas 60% dos rendimentos masculinos, ainda que ambos trabalhem sobre as mesmas condições. Associado a esse fator, as mulheres terminam, também, por ser maioria entre aqueles que não possuem carteira assinada e não contribuem para a previdência social, sem mencionar o fato de que o trabalho feminino tende a ser sempre subestimado, ou mesmo “mascarado”, a começar pelo trabalho da dona de casa (que inclui uma diversidade de tarefas), que só é considerado “trabalho” se remunerado (quando feito pela empregada doméstica) e, ainda assim, pouco valorizado, só sendo apreciado mesmo, justamente quando não é feito (SADENBERG, MACEDO, 2011, p.43).⁶

Depois de séculos de submissão e após muito se discutir sobre os direitos da mulher a busca passa ser não mais simplesmente pelos direitos, já que na teoria foram conquistados muitos no sentido de que perante as leis brasileiras avanços como o voto, trabalho com carteira assinada, licença maternidade e outros passaram a fazer parte da realidade das mulheres, mas além de muitas não saírem do papel ainda nos deparamos com fato de sermos um país campeão em agressões e mortes contra mulheres pelos parceiros conjugais.

No assentamento Nova Vitória até os dias atuais não houve ocorrência de nenhum caso de morte proveniente de violência doméstica ou outra causa ligada a ela, no entanto ocorrem situações de aprisionamento à funções domésticas por exemplo, devido as relações estabelecidas características do machismo, que organiza basicamente todos os grupos da sociedade em forma de pirâmide, onde o homem está sempre o topo, nos principais cargos e funções, assim como em outras instituições as famílias que de forma geral seguem o padrão patriarcal. O machismo apesar de ter como uma de suas principais características a postura discriminatória em relação às mulheres, em diversos momentos as próprias mulheres demonstram uma visão machista para com as outras, ou até mesmo em relação a si própria, colocando-se em posição de inferioridade devido aos moldes com os quais sempre fora obrigada a se enquadrar.

O machismo consiste na manutenção de posturas que não se atualizam em relação aos novos direitos adquiridos pelas mulheres, como a exemplo da criminalização da violência doméstica, a caracterização do feminicídio, além de leis trabalhistas levando em consideração condições específicas do sexo feminino, a visão dos machistas persiste nas mesmas posturas dos homens em relação as mulheres, com um sentimento de posse como se as companheiras fossem propriedade, objeto sem nenhum poder de decisão, como apontam também Sadenberg e Macedo (2011, p 35), quando tratam do papel sexual:

PAPEL SEXUAL: Este é um conceito que é geralmente utilizado para referir comportamentos e atitudes de uma pessoa, de acordo com o seu sexo. Portanto, expressa a obediência a normas, expectativas e deveres socialmente estabelecidos, a depender do pertencimento do indivíduo a um determinado sexo. A crítica feminista a esse tipo de visão é que ela está assentada em uma perspectiva androcêntrica que naturaliza a divisão sexual do trabalho e as relações hierárquicas que vêm determinando a subordinação da mulher.

É recorrente o fato de uma parcela razoável dos homens do Nova Vitória não ocuparem funções que requerem um nível de escolaridade mais alto, com exceção dos mais jovens a maioria assumiu a responsabilidade pelos cuidados com lote e cargos na associação da comunidade, outras funções como as vagas de professores na escola do assentamento tem uma minoria ocupadas pelas mulheres da comunidade, confirmando em parte que as mulheres tem se preocupado mais que os homens com a continuidade da formação e que esse fator tem sido preponderante para uma postura menos submissa por parte das mesmas. Entretanto ainda encontramos com facilidade razões para que continue havendo uma busca por espaço, melhores condições de trabalho e uma relação de igualdade principalmente dentro da própria família, pois dentro dos lares principalmente os que descendem de povos europeus ou são de idade mais avançada e portanto seguem os padrões familiares patriarcais são organizadas a partir de regras e relações construídas com visão totalmente machista, que escraviza a mulher e torna a figura masculina superior, com o papel de decisão e do sustento da família.

Diversos escritores buscam em fatores históricos meios para a compreensão de como as relações de gênero se tornaram ou se constituíram tão desiguais. Em *“O Segundo Sexo, Fatos e Mitos*, de Simone Beauvoir, descreve sobre as questões como: fatores biológicos, físicos e psicológicos se tornaram de grande relevância na construção de uma hierarquia dos sexos, sendo o masculino superior e o feminino apenas o outro ser. Sejam quais as razões que permearam nestes séculos fazendo prosseguir e passar de geração a geração o dever de obediência da mulher para com o homem, com exceção de algumas tribos e povos que fazem questão de manter suas relações sociais internas com o mesmo padrão patriarcal de sempre, o resto do mundo passou a se discutir sobre essas relações e muitas mudanças podem ser notadas nas sociedades modernas, mas ainda há diversas razões para se continuar debatendo e buscando novos pontos de equilíbrio para que nenhum sexo seja considerado melhor ou pior, superior ou inferior, apenas como iguais (BEAVOUIR, 1970).

Quaisquer mudança que venha a ocorrer na conjuntura das estruturas capitalistas responsáveis em maior parte pela manutenção dos padrões patriarcais, que por sua vez tendem a favorecer fatores como, o controle de um grupo sobre o outro se deve ao inconformismo de alguém ou algum grupo, no caso das relações de gênero não foi diferente, tais mudanças só se tornaram direitos a partir da organização de manifestos e lutas que foram possibilitando as gerações posteriores almejar novas conquistas, por isso a geração feminina atual parece ter se acomodado um pouco apesar de ainda não satisfeita com algumas disparidades em relação ao homem, com exceção de alguns grupos políticos ou sociais que trazem como uma de suas bandeiras a igualdade de direitos entre os sexos a maioria da sociedade permanece inerte.

Voltando à realidade do assentamento Nova Vitória, as mulheres dessa comunidade em sua maioria, pouco se interessam pela busca de seus direitos, mas é através do movimento social, o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), que são organizados encontros e mobilizações para incentivar e a lutar para que tenham mais consciência de que muitos direitos ainda devem ser conquistados.

A contribuição do MST, que surgiu no Estado do Espírito Santo por volta do ano de 1985, e desde o seu início teve sempre a preocupação que a mulher tivesse seu espaço garantido e seus direitos respeitados, devido a isso criou o Setor de Gênero dentro do movimento para organizar melhor as questões voltadas aos direitos da mulher dentro dos assentamentos e na sociedade como todo. Foram discutidos e mudadas questões como a do titular dos lotes nos assentamentos de Reforma Agrária, que antes era apenas em nome do homem mesmo este sendo casado, hoje a esposa também é inclusa como titular e esse fato abre precedente para vários outros direitos dentro da burocracia de aquisição de projetos de investimento no lote, da participação da mesma nas associações e a garantia que em caso de divórcio ela não sairá sem nenhum direito. Assim revela o trecho abaixo do documento construído pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra:

Todas as famílias beneficiadas da reforma agrária receberão apenas títulos de concessão de uso, com direito a herança familiar, com dupla titularidade incluindo a mulher, estando proibida a venda das parcelas de terra de reforma agrária. (MST, 2013).

As mulheres do assentamento Nova Vitória, assim como de todos os assentamentos do MST, realizam anualmente no dia Internacional da Mulher desde que o movimento se instalou em nosso estado, mobilizações para lembrar que ainda existe muito pelo o que lutar, e em outros períodos do ano, encontros e reuniões para a formação política e social, já que a maioria das mulheres do assentamento não tem acesso a informações de fundamental importância para sua auto afirmação enquanto cidadãs.

A postura da mulher frente ao machismo mudou com passar dos anos, não só no Nova Vitória mas no mundo todo. Com mais firmeza e seguras de si as mulheres ocupam espaços em todos os campos antes somente permitido aos homens, sejam elas escolarizadas ou não, urbanas ou rurais mais especificamente das que aqui tratamos, requer um tempo maior até que encontre o caminho para se colocar no mercado de trabalho por exemplo, pois antes sua preocupação maior além de cuidar da casa e dos filhos também é ou era ajudar a cuidar terra, plantando, limpando e colhendo, de tais tarefas dependia seu sustento e de sua família, mas agora ela se

libera de alguma dessas tarefas para cuidar da sua formação profissional ou outros fatores pessoais.

Em vários casos a mulher apenas acarreta uma terceira jornada de trabalho, principalmente quando o conjugue ainda não tomou ciência da atual posição da mulher na sociedade e na família, sendo o primeiro desafio a enfrentar é estabelecer, dividir e compartilhar as funções dentro da família. Sardenberg e Macedo apontam como as ideologias de gênero interverem na divisão sexual do trabalho:

Mais especificamente, por força das ideologias de gênero e da conseqüente divisão sexual do trabalho, homens e mulheres se engajam em diferentes tipos de atividades sociais, econômicas, políticas e culturais, tendo “fontes diferentes de renda e diferentes formas de acesso e controle dos recursos (materiais: terra, capital, ferramentas, tempo; e não-materiais: poder, conhecimento, educação)” (SARDENBERG E MACEDO 2011, p.39).

Cada dado citado anteriormente neste texto pode revelar o quanto as mulheres do Nova Vitória a partir de certo período passaram a se preocupar em continuar ou retomar a vida escolar, a maioria com o intuito de conquistar sua independência financeira que é o caso das mais jovens, já as senhoras acima de cinquenta anos(50) voltam a estudar para aprender o básico, ler e escrever, pois estas foram retiradas da escola quando crianças pelos pais devido as dificuldades como a distância ou por que não viam razões para uma menina estudar, enquanto o restante da família necessitava de mais mão de obra para o cultivo da lavoura.

Superadas ou ao menos, enfrentadas as dificuldades, com relação a compreensão dos pais no que diz respeito ao comportamento que jugam adequado a menina ou a mulher, após, ela terá que superar os desafios da relação conjugal, que ainda há em alguns casos muito de paternal, sendo a postura da mulher o fator determinante para a construção de um relacionamento onde o homem respeite as diferenças e trate com igualdade.

Buscando seu espaço na família, na comunidade e no mercado de trabalho, construindo relações mais saudáveis onde não é subjugada ou submetida às situações de inferioridade, essas mulheres tem se tornado menos preocupadas com a visão alheia e olhado mais para si mesmas, uma forma de contribuir para a redução das desigualdades. A vigilância e controle exercidos sobre as mulheres minam sua liberdade e independência, as autoras tratam sobre como as mulheres se utilizam desse controle para domar os indivíduos, como é possível observar no trecho abaixo:

O principal mecanismo de controle do poder disciplinar é a vigilância, tanto que os hospitais, as fábricas, as prisões são instituições disciplinares exemplares para a compreensão do poder pautado no controle dos corpos, buscando tornar o indivíduo dócil e útil. No caso da família, a partir dessa definição e historização do poder disciplinar, podemos problematizar que os homens dirigiam-se às suas companheiras como objeto-propriedade e buscavam controlar seus corpos, disciplinando-as e vigiando-as (COSTA, SILVERA e MADEIRA, 2012, p. 232).

Grande parcela das mulheres que vivem na comunidade, assim como todas as outras comunidades rurais, ainda encontram algumas dificuldades para ingressarem no mercado de trabalho, superar as pressões para a manutenção da organicidade do lar e abdicar dos cuidados em tempo integral dos filhos. Esbarram no modelo de esposa e mãe no qual as mulheres sempre tiveram como espelho e comumente faz com que elas tenham sentimento de culpa, sensação de estar abandonando suas responsabilidades. Em geral as moradoras do Nova Vitória, como já mencionado em outro ponto do texto, em especial quando tratamos das mulheres a partir dos quarenta(40) anos, o nível de escolaridade das mesmas tende a diminuir, quanto mais idade elas possuem menor foi seu tempo de frequência na escola, o que dificulta a entrada dessas mulheres no mercado de trabalho formal.

As mais jovens em geral buscaram tanto uma colocação no mercado formal de trabalho, quanto estão galgando níveis de escolaridade mais altos, como a universidade. Mesmo quando os pais não tiveram a oportunidade de darem seguimento aos estudos, compreendem a importância da escolarização. Muitas vezes pelo tipo de educação recebida ou até pela falta da mesma, diversas mulheres casam-se muito cedo e constituem família, não dando assim sequência aos estudos, pois dão

normalmente prioridade aos cuidados com a família. Quando se desafiam e permanecem estudando, e/ou se inserem no mercado de trabalho, passam a acumular as funções do lar e do estudo ou trabalho, sem o consenso para uma divisão justa das tarefas domésticas, sobrecarregando-se devido ao sentimento de obrigação.

Os desafios enfrentados pelas mulheres devido às disparidades de direitos são diversos, quando tratamos das mulheres negras, de classe menos favorecida e no caso específico dos exemplos que trago neste trabalho referentes as que residem na área rural, temos então um conjunto de fatores que dificultam ou restringem ainda mais o acesso desses grupos a alguns avanços conquistados pelos movimentos feministas. Porém as mudanças já alcançadas podem ser observadas em especial no que diz respeito as alterações constitucionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mulheres foram historicamente submetidas a um confinamento social, segregadas aos trabalhos domésticos, de mãe e esposa, passavam dos cuidados do pai para a responsabilidade do marido, este que comumente era escolhido e aprovado pela figura paterna, tais fatos, foram gravados na história da humanidade podendo-se encontrar em diversas literaturas, assim também nas que foram utilizadas na presente pesquisa.

Vale a pena salientar o significado da palavra “DIFERENTE”: [...]Que não é igual, que se difere; [...]Modificado[...] (FERREIRA, 2005, p.317). Nossas características únicas é que nos permitem sermos seres especiais, acredito que nenhuma outra espécie, entre os seres vivos possui tantas particularidades quanto mulheres e homens, iguais enquanto categoria humana e, no entanto, nossa diversidade é extremamente rica, inúmeros tons de pele, formatos de rostos, de corpos, cabelos com centenas de

texturas e cores, além de olhos com cores e formatos diferentes, enfim nossas diferenças é que nos tornam únicos.

As autoras, pesquisadoras e em geral feministas, como Louro, Sadenberg, Corrêa entre outras, proporcionaram leituras voltadas as temáticas de gênero, relações de poder, preconceitos de sexo, gênero, raça/etnia. O debate sobre as relações de gênero perpassou diversos ambientes antes que chegasse ao ambiente escolar, assim como na religião inicialmente representada por uma parcela da igreja Católica, na política representou-se através dos partidos de esquerda, que no Brasil apesar da forte repressão estabelecida pela Ditadura Militar conseguiu se manter articulado o Partido Comunista, que desenvolveu projetos e reivindicações para além das causas feministas.

Depois de séculos de submissão e após muito se discutir sobre os direitos da mulher a busca passa ser não mais simplesmente pelos direitos, já que na teoria foram conquistados muitos no sentido de que perante as leis brasileiras somos iguais, avanços como o voto, trabalho com carteira assinada, licença maternidade e outros passaram a fazer parte da realidade das mulheres, mas além de muitos não saírem do papel ainda nos deparamos com fato de sermos um país campeão em agressões e mortes contra mulheres principalmente pelos parceiros conjugais.

A construção de conceitos novos dentro das relações vivenciadas independente do sexo, nos permitiria desconstruir os parâmetros de comportamento que nos foram impostos durante toda a existência humana, provavelmente não será uma transformação possível de se colocar em prática do dia para a noite, porém, com os processos de lutas que foram e estão sendo travadas contra as diversas formas de preconceitos, e pela igualdade de direitos alguns degraus foram galgados, porém mesmo com os direitos até então alcançados e com os debates sobre relações de gênero e feminismo sendo expostos em todo o tipo de mídia, ampliando assim o

alcance das discussões, ainda na atualidade nos deparamos com muitas situações de clara discriminação, o ainda velho reducionismo biológico que persiste.

Gênero não é sinónimo de sexo pois, quando falamos em sexo, físicos/fisiológicos que distinguem os machos das fêmeas da espécie humana. Por outro lado, quando nos referimos a gênero, estamos refletindo a cerca de processos de construção cultural de relações que não decorrem de características sexuais diferenciadas entre homens e mulheres, mas de processos construtores dessas diferenças, produzindo, nesse movimento, desigualdades e hierarquias (SARDENBERG, MACEDO, 2011, p.36). “Gênero é a categoria social imposta a um corpo sexuado” (SCOTT, 1991), (apud FAGUNDES, 2011, p 109) [...].

O sexo de cada ser em se tratando das questões biológicas, em geral nomeados por masculino ou feminino, porém somos norteados por uma diversidade de identidades de gênero, sejam transgêneros, homossexuais, transexuais, bissexuais enfim. O corpo em que se nasce, muitas vezes não expressa verdadeiramente o que o psicológico deseja. Naturalmente podemos nascer com o sexo perfeitamente desenvolvido, o órgãos sexuais formados normalmente, no entanto nosso gênero ou mesmo orientação sexual podem se desenvolver ao longo da vida.

Minha pesquisa me permitiu através das obras literárias de diversas(os) autoras(es), conhecer mais sobre o movimento feminista, seria imensamente satisfatório se meus textos de alguma forma contribuíssem nos debates sobre gênero. Compreendendo que o desafio da pesquisa está ligado as dificuldades de muitas mulheres se olharem como vítimas do machismo, pelo o fato das concepções sexistas estarem tão naturalizadas, tantos direitos negados, como são ainda alguns referentes ao seu próprio corpo, ao aborto, ao direito à laqueadura sem autorização do cônjuge e ainda tantas violências e os feminicídios cometidos contra mulheres rotineiramente.

Neste período de leituras e pesquisas ocorreram sutis porém marcantes transformações, me observar enquanto pesquisadora e ao mesmo tempo como alvo de minha pesquisa, me concebeu fazer diagnósticos em relação ao meu posicionamento diante das dificuldades enfrentadas cotidianamente por todas as mulheres que me rodeiam, em especial por mim, pelo o fato de ser mulher, negra e mãe. Minha aproximação dos dilemas de outras mulheres me proporcionou rever o meu lugar, e como me afirmo enquanto mulher que se jugava imponderada e agora acredita que ser necessário galgar diversos outros espaços para de fato me imponderar.

A escola é efetivamente o ambiente propício para dar continuidade aos processos de mudança, por se tratar de um local de aprendizagem, transmissão de valores, de saberes e construção de personalidades e conceitos. Educadores (as) desempenham um papel extremamente importante nesta reconstrução das relações sociais que possibilitem igualdade de direitos e respeito as diferenças. Entende-se por parte de todos que aqui habitam a importância de uma unidade escolar na comunidade que vá de encontro aos valores que buscamos fortalecer e valorizar. Para a grande parcela que não teve a oportunidade de frequentar um escola por razões diversas, poder proporcionar aos filhos uma chance a mais para se colocar ou ainda permanecer ocupando alguma função dentro da comunidade que contribua a organicidade interna.

“Por mundo onde sejamos socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente livres” ROSA LUXEMBURGO.

REFERÊNCIAS

CORRÊA, Mariza -dossiê: Feminismo em Questão, Questões do Feminismo- Cadernos Pagu (16) 2001: pp.13-30. Do Feminismo aos Estudos de Gênero no Brasil: um exemplo pessoal* MARIZA CORRÊA**

COSTA, Ana Alice A.; RODRIGUES, Alexnaldo T.; VANIN, Iole M. (orgs.) **Ensino de Gênero: perspectivas transversais**. Salvador: UFBA – NEIM, 2011.

ZIRBEL, Ilze. **Estudos Feministas e Estudos de Gênero no Brasil: um debate**. Florianópolis: UFSC, 2007.

BEAVOUIR, Simone de. **O segundo sexo**. V.1 - Fatos e Mitos. 4ª edição. Local: Copyriby Librairie Gallmard, Paris Direitos exclusivos para a língua portuguesa: Difusão Européia do Livro, São Paulo Editora,1970.

_____. **O segundo sexo**. V. 2 - A Experiência Vivida. 2ª edição Local: Copyriby Librairie Gallmard, Paris Direitos exclusivos para a língua portuguesa: Difusão Européia do Livro, São Paulo Editora,1967.

Ensino e Gênero: Perspectivas Transversais / TEIXERA, Alexnaldo; et al; Ensino e Gênero: Perspectivas Transversais / Ana Alice Alcântara Costa, Alexnaldo Teixeira Iole Macedo Vanin, organização. - Salvador: UFBA - NEIM, 2011. 247 p. ISBN: 978-85-60667-90-1

1. Escolas - Organização e administração. 2. Professores - Formação. 3. Mulheres. 4. Educação multicultural. I. COSTA, Ana Alice Alcântara.et al. CDD - 371.207 Sistema de IDA; MLS. Orgs. **Gêneros e práticas culturais: desafios históricos e saberes interdisciplinares** [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2010. 256 p. ISBN 978-85-7879-038-7. Available from SciELO Books <http://books.scielo.org>

LOURO, Guacira Lopes, **Gênero, sexualidade e educação**. Guacira Lopes Louro - Petrópolis, RJ -Uma perspectiva pós-estruturalista /: Vozes, 1997. Bibliografia ISBN 85.326.1862

LOPES, Maria Margaret; PISCTELLI, Adriana- **REVISTAS CIENTÍFICAS E CONSTITUIÇÃO DO CAMPO DE ESTUDOS DE GÊNERO: UM OLHAR DESDE AS “MARGENS”**. Núcleo de Estudos de Gênero-PAGU/UNICAMP Estudos Feministas, Florianópolis, 12(N.E.): 264, setembro-dezembro/2004

MATOS- Marlise-Universidade Federal de Minas Gerais -**Teorias de gênero ou teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um campo novo para as ciências**. Copyright 2008 by Revista Estudos Feministas. Estudos Feministas, Florianópolis, 16(2): 440, maio-agosto/2008

Fonte: Renata Baars. “Levantamento sobre crianças em situação de risco no Brasil” 2009, p.13Site:http://bdcâmara.gov.br/bistream/hadle/bdcamara/4864/levantamento-Crianças_baars.pdf?sequence=1)

BARROS, José D’Assunção– UFRRJ. Trabalho Encomendado GT02 - História da Educação **IGUALDADE E DIFERENÇA – uma discussão conceitual ao contraponto das desigualdades**, 38º REUNIÃO NACIONAL ANPED- “Democracia em risco: a pesquisa e a pós-graduação em contexto de resistência”, de 01 a 05 de outubro de 2017, SÃO LUÍS-MA

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda-Dicionário Aurélio Junior. Curitiba. Positivo, 2005.